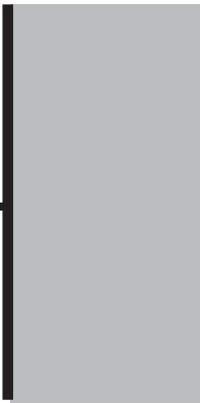


Área de Transportes e Obras Públicas



ÍNDICE

PREFÁCIO	368
BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA EM 2015	369
1. Planeamento Urbanístico	369
1.1 Novos Aterros	370
1.2 Quarta Ligação Macau-Taipa	370
1.3 Renovação Urbana	370
1.4 Gestão de Solos	370
1.5 Rede de Informação Cadastral	371
1.6 Águas Territoriais	372
2. Infra-Estruturas	372
2.1 Novos Aterros e Ilha Artificial	372
2.2 Metro Ligeiro	373
2.3 Habitação Pública	374
2.4 Nova Fronteira entre Macau e Guangdong	374
2.5 Terminais Marítimos	375
2.6 Túnel de Ka Ho	375
2.7 Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	375
2.8 Novo Estabelecimento Prisional	376
2.9 Fornecimento de Electricidade	376
2.10 Abastecimento de Água	376
2.11 Serviços Postais e Telecomunicações	377
2.12 Fornecimento de Gás Natural	378
3. Transportes	378
3.1 Autocarros	378
3.2 Táxis	379
3.3 Estacionamento	379
3.4 Obras Viárias	379

3.5	Aviação.....	380
4.	Habitação	380
4.1	Novo Tipo de Habitação Pública	381
4.2	Planeamento de Habitação Pública	381
4.3	Distribuição e Gestão de Habitação Pública	382
4.4	Aperfeiçoamento do Regime Jurídico	383
5.	Protecção Ambiental	383
5.1	Gestão de Resíduos	384
5.2	Melhoria da Qualidade do Ar.....	385
6.	Modernização e Simplificação Administrativa.....	386
	LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2016.....	387
1.	Planeamento Urbanístico.....	387
1.1	Novos Aterros.....	387
1.2	Quarta Ligação Macau-Taipa	388
1.3	Renovação Urbana	388
1.4	Gestão de Solos.....	388
1.5	Rede de Informação Cadastral.....	389
1.6	Águas Territoriais.....	389
2.	Infra-Estruturas.....	390
2.1	Novos Aterros e Ilha Artificial.....	390
2.2	Metro Ligeiro	390
2.3	Habitação Pública.....	392
2.4	Nova Fronteira entre Macau e Guangdong.....	394
2.5	Terminais Marítimos	394
2.6	Túnel de Ka Ho	395
2.7	Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	395
2.8	Novo Estabelecimento Prisional.....	396
2.9	Fornecimento de Electricidade.....	397
2.10	Abastecimento de Água.....	398

2.11 Serviços Postais e de Telecomunicações	398
2.12 Fornecimento de Gás Natural.....	399
3. Transportes.....	400
3.1 Autocarros.....	401
3.2 Táxis.....	401
3.3 Estacionamento	402
3.4 Obras Viárias.....	403
3.5 Aviação.....	403
4. Habitação	404
4.1 Planeamento de Habitação Pública	405
4.2 Atribuição e Gestão de Habitação Pública	405
4.3 Novo Tipo de Habitação Pública	405
4.4 Fundo de Reparação Predial.....	406
4.5 Aperfeiçoamento do Regime Jurídico	406
5. Protecção Ambiental	407
5.1 Gestão de Resíduos	407
5.2 Melhoria da Qualidade do Ar.....	408
5.3 Avaliação de Impacto Ambiental	409
6. Modernização e Simplificação Administrativa.....	410
CONCLUSÃO	411

PREFÁCIO

A RAEM depara-se com uma nova fase de desenvolvimento, depois de mais de uma década de acelerado crescimento, que criou novos desafios. Tendo em conta que os trabalhos da tutela dos Transportes e Obras Públicas têm implicações directas na vida dos residentes e na própria cidade, a acção governativa nesta área tem como prioridade a criação de bases sólidas para a melhoria da qualidade de vida da população e para um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável.

As políticas do Governo Central têm oferecido novas perspectivas para o desenvolvimento urbano da RAEM e para o seu enquadramento ao nível do planeamento regional, nomeadamente com a aprovação da construção de Novos Aterros e a meta de posicionar Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

É precisamente nessas políticas, articuladas com o objectivo de tornar Macau uma cidade cada vez mais moderna, que proporcione qualidade de vida aos residentes e onde os visitantes sintam vontade de regressar, que assenta a acção governativa da tutela dos Transportes e Obras Públicas.

Ao longo de 2015 foram concentrados esforços na resolução dos problemas mais prementes e pendentes, bem como no planeamento das acções futuras, de forma a poder responder às inúmeras necessidades que o rápido desenvolvimento da RAEM criou.

Esta tutela estava carente de quadros dirigentes e também de recursos humanos que lhe permitisse responder aos desafios que lhe eram colocados diariamente e que não podiam ser adiados. Neste sentido, procedeu-se às nomeações para os cargos de direcção e chefia que se encontravam por preencher e iniciou-se um processo de reajustamento e reestruturação administrativa para responder com mais eficácia e eficiência às expectativas da população, às exigências do desenvolvimento da RAEM e às metas deste Governo.

Simultaneamente, procurou-se otimizar o mecanismo de cooperação interdepartamental e simplificar procedimentos administrativos para elevar a capacidade de execução dos serviços, bem como melhorar os mecanismos e canais de comunicação entre o Governo, a Assembleia Legislativa, os diferentes grupos sociais, a população e a comunicação social.

Por outro lado, concentraram-se esforços na resolução de assuntos que obstavam ao normal andamento de algumas infra-estruturas, alguns dos quais, dada a sua complexidade, carecem de mais algum tempo para serem resolvidos.

Os problemas pendentes na área dos Transportes e Obras Públicas, bem como as situações e questões inesperadas que permanentemente surgem numa sociedade marcada por um desenvolvimento acelerado, foram preocupação central desta área governativa. Comprometidos com a sua resolução o mais eficazmente possível, é possível afirmar que problemas funcionais e obras pendentes da RAEM foram catapultadas para a acção e estão em pleno andamento, esperando-se que, o mais rapidamente possível, venham a contribuir para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA EM 2015

1. Planeamento Urbanístico

O acelerado desenvolvimento da RAEM tem criado novos desafios, pelo que se revela premente a definição de uma estratégia ao nível do planeamento urbanístico capaz de garantir, a longo prazo, um crescimento urbano mais equilibrado e sustentável e, por conseguinte, uma melhoria da qualidade de vida da população.

Nos últimos anos, as políticas do Governo Central ofereceram novas perspectivas para o desenvolvimento urbano da RAEM e para o seu enquadramento ao nível do planeamento regional, nomeadamente com a aprovação da construção de novos aterros e a meta de posicionar Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Nesta óptica, e tendo em vista um planeamento ajustado à realidade local, sustentável e conciliador dos interesses públicos e privados, o Governo da RAEM elaborou a Lei do Planeamento Urbanístico, aprovada pela Assembleia Legislativa e em vigor desde 1 de Março de 2014. O diploma, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, prevê, no número 1 do artigo 6.º, a elaboração de um Plano Director “com base nas linhas orientadoras e nas directivas resultantes dos estudos estratégicos para o desenvolvimento urbano, tendo em consideração a identidade própria da RAEM e a sua inserção a nível regional”, impondo-se, portanto, a necessidade de se definirem, primeiramente, essas mesmas estratégias.

O Governo da RAEM procurará, assim, em cumprimento da lei, definir, no mais curto espaço de tempo possível, a estratégia para o desenvolvimento urbano no sentido de promover a classificação de terrenos, a fim de equilibrar a sua oferta e reserva para habitação pública e para a diversificação económica.

Em linha com a política de planeamento urbanístico, entrou este ano em vigor o Regime de Qualificações nos Domínios da Construção Urbana e do Urbanismo, tendo, neste âmbito, sido criado o Conselho de Arquitectura, Engenharia e Urbanismo. Este Conselho irá desenvolver os trabalhos de acreditação e registo dos titulares de graus académicos em 13 áreas de especialização, de modo a que estes obtenham o respectivo título profissional, bem como de inscrição e qualificação para o exercício das funções de elaboração de projectos, direcção ou fiscalização de obras. O Governo da RAEM irá iniciar os trabalhos relativos aos pedidos de admissão ao estágio e de registo, preparando, assim, a realização de exames para o reconhecimento das habilitações académicas nas diversas áreas de especialização, bem como os trabalhos de reconhecimento das acções de formação **contínua**.

1.1. Novos Aterros

A fim de contornar a questão da falta de terrenos na RAEM, o Governo Central autorizou, em 2009, a construção de novos aterros com uma área total de cerca de 350 hectares, de modo a promover Macau como uma cidade habitável, elevando a qualidade de vida dos residentes e impulsionando o desenvolvimento económico.

O Governo da RAEM promoveu, em 2015, a terceira fase da consulta pública sobre o planeamento urbanístico dos Novos Aterros, com a duração de 60 dias, com o intuito de envolver a população nesse processo e de melhor conhecer as suas expectativas para que as novas zonas urbanas possam ir ao encontro das necessidades dos residentes e proporcionar-lhes uma melhor qualidade de vida.

Tendo em conta que a Zona A dos Novos Aterros terá ligação com a Zona Leste da Península de Macau, o Governo da RAEM irá lançar, ainda este ano, o concurso para a elaboração do plano dessa área que abrange as imediações do Reservatório, do Terminal Marítimo do Porto Exterior e os Novos Aterros da Areia Preta.

1.2. Quarta Ligação Macau-Taipa

Com o desenvolvimento do Cotai e o crescimento demográfico que Macau registou nos últimos anos, as três pontes existentes que fazem a ligação entre a península e a Taipa já se encontram saturadas. Deste modo, o Governo da RAEM, tendo em conta o plano de desenvolvimento dos Novos Aterros, realizou vários trabalhos preparatórios e estudos técnicos para analisar a viabilidade da construção de uma quarta ligação rodoviária entre a península de Macau e a ilha da Taipa que atenuie o trânsito entre essas duas áreas. Neste sentido, ficará definido, até ao final do ano, se essa travessia será feita por túnel ou por ponte.

1.3. Renovação Urbana

Com o objectivo de promover um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável, vai ser criado o Conselho para a Renovação Urbana, formado por representantes de diversos serviços públicos e personalidades de diferentes áreas.

Este Conselho irá assessorar o Governo na formulação de políticas para a requalificação e revitalização da cidade, de modo a melhorar a qualidade de vida dos residentes e a atractividade de Macau enquanto destino turístico.

1.4. Gestão de Solos

Os trabalhos de elaboração dos diplomas complementares da Lei de Terras foram iniciados, nomeadamente os que se referem ao método de determinação do montante

da taxa anual e da caução nas concessões de uso privativo, ao ajustamento do montante do prémio destinado à finalidade de escritórios, à revisão do método de determinação do montante da renda de concessão por arrendamento e ao método de determinação do montante da taxa de ocupação por licença.

Durante o corrente ano, o Governo continuou a combater os actos de ocupação ilegal de terrenos e a proceder a acções de despejo dos mesmos.

Relativamente aos terrenos cujo prazo de arrendamento terminou, e que ainda se mantinham como concessões provisórias por arrendamento, o Governo deu início aos processos de declaração da caducidade destas concessões, dando cumprimento ao disposto no artigo 48.º da Lei de Terras.

Quanto aos terrenos cujo prazo de arrendamento ainda não terminou e que ainda não foram aproveitados de acordo com o prazo e as condições estipuladas no contrato de concessão, o Governo tem vindo a acompanhar essas situações e a dar-lhes o tratamento adequado, nos termos da Lei de Terras e da legislação aplicável.

Dada a exiguidade do território da RAEM, os terrenos têm uma importância acrescida, pelo que o tratamento destes casos é sempre feito em conformidade com a lei, em respeito pelos interesses da Região e em prol da estabilidade social e da melhoria da qualidade de vida da população.

1.5. Rede de Informação Cadastral

Em prol de uma maior transparência da informação relativa a terrenos e de uma maior eficácia do planeamento urbanístico, a Rede de Informação Cadastral continuou a ser actualizada com os mais recentes dados referentes à concessão de terrenos, registo predial, planeamento urbanístico, taludes, servidões, a fim de permitir a sua consulta pela população e pelos diferentes serviços públicos. Em harmonia com o mecanismo definido na Lei do Planeamento Urbanístico de divulgação e exposição dos projectos, bem como de recolha de opiniões, foram disponibilizadas na mesma Rede informações relacionadas com as plantas de condições urbanísticas e os projectos, a fim de permitir uma pesquisa mais abrangente dos dados cadastrais, do planeamento, entre outras matérias relacionadas. Serão também disponibilizadas, ainda este ano, na Rede de Informação Cadastral informações relativas à "Autorização Prévia das Obras de Construção das Fracções Autónomas de Edifícios em Construção".

Por outro lado, foi publicada uma nova edição do Atlas de Macau, impressa em papel reciclado, que dá a conhecer à população a mais recente situação geográfica da RAEM. O Atlas de Macau foi publicado pela primeira vez em 1999 e contou com outras duas edições actualizadas, em 2005 e 2011, respectivamente. Além de detalhes de arruamento e ortofotos aéreas, o "Atlas de Macau - 2015" inclui ainda dados relativos a percursos turísticos e mapas temáticos sobre o desenvolvimento dos projectos de construção de grande escala que permitem comparações, através de imagens de **detecção remota**, desde o retorno à Pátria.

1.6. Águas Territoriais

Na sequência dos trabalhos do Governo Central para a definição das áreas marítimas sob jurisdição da RAEM, foi criado, este ano, o grupo de trabalho de Macau para integrar o “Grupo de trabalho conjunto para a definição das áreas marítimas sob a jurisdição de Macau e para a definição das fronteiras terrestres”. Este grupo elaborou um relatório, que já foi entregue às autoridades do Interior da China.

O Governo da RAEM tem dado a maior atenção às medidas apresentadas pelas autoridades do Governo Central e da Província de Guangdong relativamente aos trabalhos de definição das áreas marítimas sob a jurisdição de Macau, à gestão marítima, inundações e a outras matérias relacionadas.

2. Infra-Estruturas

Os atrasos e suspensões de algumas empreitadas públicas mereceram a maior atenção do Governo da RAEM ao longo deste ano, pelo que se procuraram soluções para os problemas pendentes nesta área, de modo a se conseguir acelerar os trabalhos com vista a ir ao encontro das expectativas e necessidades dos residentes e da cidade de forma geral. Ao mesmo tempo, procurou-se avançar com o planeamento de novos projectos e iniciar os trabalhos no terreno relativos a outros que reuniam as condições para tal.

2.1. Novos Aterros e Ilha Artificial

A Zona A, o maior dos cinco Novos Aterros, com cerca de 138 hectares, sofreu um atraso nas obras, devido a um problema de fornecimento de areia que impossibilita a conclusão da execução do aterro no final deste ano, como estava previsto. Neste contexto, o Governo da RAEM espera, em cooperação com o Interior da China, encontrar uma solução para esta situação. Relativamente à Zona E1, a obra foi iniciada este ano.

Quanto à empreitada da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, está concluída a execução do aterro da ilha artificial, estando a ser elaborado o projecto das instalações da zona de administração do posto fronteiriço da RAEM e, quando estiverem reunidas as condições necessárias, serão iniciadas as respectivas obras de construção. Esta obra abrange as edificações principais, como o edifício do posto fronteiriço, os auto-silos subterrâneos e outras instalações de apoio e infra-estruturas viárias, como as passagens para inspecção e controlo das viaturas nas chegadas e partidas e as áreas para tomada e largada de passageiros e ainda para carga e descarga de mercadorias, bem como a zona de reserva para a estação do Metro Ligeiro, entre outras.

Tendo em consideração a questão da jurisdição dessa área marítima, o prazo de execução, bem como a dimensão, requisitos técnicos e dificuldades de construção, entre

outros aspectos, o Governo da RAEM reavaliou a situação, tendo proposto a execução da empreitada através da cooperação regional. Deste modo, estão a ser negociados os detalhes do plano da sua execução, preparando-se a celebração de um memorando para a empreitada. Prevê-se que o Posto Fronteiriço da RAEM seja concluído em simultâneo com a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

2.2. Metro Ligeiro

O Metro Ligeiro será um sistema de transporte colectivo importante para Macau, pelo que o Governo da RAEM se tem esforçado por ultrapassar todas as dificuldades com que se tem confrontado ao longo do desenvolvimento deste projecto. Neste sentido, a prioridade passa por resolver os problemas existentes nas obras da linha da Taipa e, de seguida, promover a ligação entre a linha da Taipa e a península de Macau. No que diz respeito ao planeamento dos traçados, o Governo encontra-se a realizar, de forma programada e de acordo com as prioridades, os respectivos trabalhos relativos ao traçado da península de Macau e a estudar a extensão da rede do Metro Ligeiro ao bairro comunitário de Seac Pai Van, a fim de proporcionar à população um serviço de transporte público acessível, fiável e amigo do ambiente, satisfazendo as necessidades do desenvolvimento sustentável da RAEM.

O Governo da RAEM tem estado empenhado em resolver a situação relativa à obra do Parque de Materiais e Oficina, esperando alcançar muito em breve um acordo com o empreiteiro para a resolução do contrato para depois dar continuidade a esta empreitada.

Até ao final do ano, a construção das fundações e dos pilares da Linha da Taipa será concluída, bem como dois terços do viaduto. Por outro lado, a obra do Centro Intermodal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira está em andamento.

No que respeita à Linha de Macau, o projecto da Estação da Barra entrou em fase final de revisão e foram iniciadas as obras do Centro Intermodal de Transportes da Barra.

Com a inauguração do projecto da habitação pública de Seac Pai Van e tendo em conta a construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, prevê-se um aumento da procura de transportes públicos nessa área. Deste modo, foi desenvolvido um estudo de viabilidade da Linha de Seac Pai Van e foram recolhidas opiniões dos diversos sectores e dos residentes nessa área sobre três propostas de traçado. O estudo ficará concluído no final do ano.

Na sequência da consulta pública de 90 dias realizada no ano passado sobre o Segmento Norte da Linha da Península de Macau, o Governo da RAEM publicou, em Julho, o resultado obtido. Com base nas opiniões recolhidas, verificou-se que o Traçado Marginal foi o que reuniu o maior apoio da sociedade entre as três soluções apresentadas por se considerar que teria um menor impacto sobre a vida quotidiana dos residentes e a qualidade do ambiente dessa zona da cidade. Para que o Metro Ligeiro possa satisfazer ao máximo as necessidades do desenvolvimento urbano e dos residentes, serão ponderadas as questões técnicas, bem como as opiniões da população, procurando-se alcançar um equilíbrio entre **ambas**.

2.3. Habitação Pública

No âmbito da construção de cerca de 19 mil fracções de habitação pública, mais de 17 000 estarão concluídas até ao final deste ano, com o termo das empreitadas de construção de 1507 fracções, das quais 737 se tratam de habitações sociais no Fai Chi Kei e 770 de habitações económicas na Ilha Verde. Ficam, assim, por concluir as fracções no bairro Tamagnini Barbosa e no de Mong-Há para se dar por concluídas as cerca de 19 mil fracções.

O Governo da RAEM chegou este ano a acordo com o empreiteiro do projecto de habitação pública do bairro Tamagnini Barbosa para a resolução do contrato, estando a ser estudado o potencial impacto da redução ou até da não construção da cave por as respectivas obras envolverem a construção de uma cave com três pisos, o que provocou a fissura em edifícios antigos adjacentes. O projecto será posteriormente alterado em conformidade com o resultado do estudo e, uma vez que a altura prevista do edifício já atinge o limite máximo, caso se mantenha o estacionamento e equipamentos sociais previstos, será inevitável a diminuição do número de fracções públicas.

Em relação à segunda fase da habitação pública de Mong-Há, ainda não foi possível alcançar um acordo com o empreiteiro, pelo que a negociação continua a decorrer através de representantes da área jurídica de ambas as partes.

Por outro lado, o Governo da RAEM prosseguirá com a construção de mais de 4100 novas fracções de habitação pública, entre as quais cerca de 700 habitações sociais na ilha da Taipa e mais de 3400 habitações económicas na península de Macau e na Taipa.

2.4. Nova Fronteira entre Macau e Guangdong

Tendo em vista aliviar o actual fluxo de entradas e saídas no posto fronteiriço das Portas do Cerco, será construída uma nova fronteira entre Macau e Guangdong no terreno onde actualmente está localizado o mercado abastecedor, após a desocupação do mesmo.

O projecto da nova fronteira abrange a construção do edifício do posto transfronteiriço, o reordenamento global do Canal dos Patos, o acesso de ligação Macau-Guangdong e um complexo junto à Avenida do Comendador Ho Yin. A nova fronteira irá ocupar uma área de 28 000 metros quadrados entre Macau e Guangdong, sendo que a maior parte da área de utilização do terreno se encontra do lado de Macau e com um acesso de 400 metros no Canal dos Patos.

Os trabalhos relativos às fundações do novo mercado abastecedor, que fazem parte da primeira fase do projecto, estão em curso.

Para concretizar a ligação directa e o controlo conjunto no posto fronteiriço, serão integrados no edifício transfronteiriço um edifício de Macau e um edifício de Zhuhai, estando a ser discutida a implementação do regime e dimensão do respectivo quadro pessoal com os serviços competentes do Interior da China, de forma a dar início aos trabalhos de concepção do edifício transfronteiriço de controlo **conjunto**.

O complexo junto à Avenida do Comendador Ho Yin integrará um auto-silo subterrâneo, um centro intermodal de transportes, um Centro de Exposição de Produtos de Marcas de Guangdong e Macau, instalações comerciais, equipamentos sociais, edifício administrativo, hotéis e habitações públicas. Os respectivos estudos de planeamento foram iniciados em 2015.

2.5. Terminais Marítimos

Depois da obra do Terminal Marítimo da Taipa desenvolver lentamente e com atrasos, foi alcançado um acordo com o empreiteiro que permitiu acelerar os trabalhos, prevendo-se que estejam concluídos no final do ano para depois serem iniciados trabalhos da entrega das instalações às entidades utentes.

Tendo em conta que as obras de optimização do Terminal Marítimo do Porto Exterior contribuíram para a melhoria das condições de funcionamento e o aumento da qualidade dos serviços prestados, o Governo da RAEM irá continuar a modernizar as instalações, substituindo gradualmente os antigos equipamentos, contribuindo para a afirmação de Macau como um destino turístico de excelência.

Na sequência de um acordo de cooperação assinado entre a RAEM e Guangdong, em Maio de 2015, para a exploração conjunta de um projecto de turismo individual em embarcações de recreio entre Macau e Zhongshan, foram realizados os trabalhos para o estabelecimento de um posto de migração na Ponte-Cais de Coloane, tendo sido criada uma doca provisória no canal Taipa-Coloane com capacidade para 50 embarcações.

2.6. Túnel de Ka Ho

A obra do túnel de Ka Ho, que fará a ligação entre o Cotai e Coloane, já foi iniciada. O túnel terá 500 metros de comprimento e quatro faixas, permitindo encurtar o tempo de viagem entre essas áreas em cerca de dez a quinze minutos e aliviar o trânsito nessa zona, especialmente de veículos pesados.

Uma vez que as obras do túnel de Ka Ho implicam a utilização de explosivos industriais e tendo em conta a segurança pública, as entidades responsáveis pelas obras coordenarão com os serviços competentes a questão da utilização de explosivos, tendo em consideração os trabalhos preparatórios e respectivas medidas, pelo que serão adiadas as obras de dinamitação.

2.7. Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas

A primeira fase da construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas abrange seis edifícios, nomeadamente o Hospital Geral, o Edifício de Apoio Logístico, o Instituto de Enfermagem, o Edifício de Administração e Multi-Serviços, o Edifício do Laboratório Central, o Edifício Residencial para trabalhadores bem como as redes rodoviárias no respectivo complexo, sendo que a segunda fase abrange o projecto do Hospital de **Reabilitação**.

As empreitadas das fundações do Instituto de Enfermagem e do Edifício Residencial para trabalhadores foram iniciadas em Junho de 2015 e já foram lançados os concursos para as empreitadas das fundações do Edifício do Hospital Geral, do Edifício de Apoio Logístico e do Edifício de Administração e Multi-Serviços. Actualmente, estão a ser recolhidos os pareceres dos serviços competentes e das empresas concessionárias sobre o projecto dos blocos de edifícios. Logo que os projectos de execução estejam concluídos e em condições de serem aprovados, serão iniciados os trabalhos de lançamento dos respectivos processos de concurso.

2.8. Novo Estabelecimento Prisional

As obras da primeira fase do novo Estabelecimento Prisional de Macau foram concluídas, nomeadamente a construção da parede exterior e a execução das instalações de infra-estruturas e das torres de vigilância. Relativamente às obras da segunda fase, que abrangem a execução de um complexo destinado a oficinas e celas, estas serão adjudicadas até ao final do ano.

2.9. Fornecimento de Electricidade

Com vista a garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento de electricidade a Macau, a longo prazo, o Governo da RAEM continua a desenvolver trabalhos em cooperação com a província de Guangdong.

O terceiro circuito da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, que liga Hengqin e o COTAI, entrou em funcionamento, permitindo satisfazer a procura de electricidade, pelo menos, até 2017. Simultaneamente foram lançados os trabalhos preparativos da primeira fase de construção da terceira interligação de transmissão eléctrica de 220 kV entre Guangdong e Macau. A subestação de alta tensão, na Ilha Verde, também entrou em funcionamento, podendo satisfazer a procura de energia eléctrica derivada do desenvolvimento da zona Norte.

2.10. Abastecimento de Água

Em Maio, o Governo Central aprovou o projecto preliminar do Empreendimento Hídrico de Datengxia, financiado pela RAEM, sendo mais um passo importante para garantir, a longo prazo, a segurança no abastecimento de água a Macau. Para além disso, está a ser promovida, em cooperação com Guangdong, a construção da quarta conduta de abastecimento de água a Macau, bem como a obra que garante o fornecimento de água bruta nas estações elevatórias de Pinggang-Guangchang.

Com a entrada em funcionamento da quarta conduta entre a ilha de Hengqin e o Cotai, com um comprimento de 15 quilómetros, a capacidade diária total de abastecimento de água atingirá os 700 mil metros cúbicos, servindo e respondendo, desta forma, às necessidades de

desenvolvimento das ilhas. Serão construídas condutas na obra de Pinggang-Guangchang, que liga o Reservatório de Zhuying e a Estação de Bombagem de Pinggang e Guangchang, bem como os trabalhos de optimização desta estação. A capacidade de produção de água na sequência desta obra atingirá um milhão de metros cúbicos por dia, podendo, desta forma, aumentar a capacidade de reserva de água a fornecer a Macau durante o período da maré salgada.

Por outro lado, a obra da terceira fase de ampliação da Estação de Tratamento de Água junto do Grande Reservatório de Macau foi concluída e entrou em funcionamento em Setembro, aumentando a capacidade total de produção das estações de água de Macau para 390 mil metros cúbicos por dia, capaz, assim, de satisfazer as necessidades derivadas do desenvolvimento urbano. Para responder ao aumento do consumo de água nas ilhas, será concluído, até ao final do ano, o projecto preliminar de ampliação e reordenamento do reservatório de Seac Pai Van.

2.11. Serviços Postais e Telecomunicações

A Estação de Correios de Seac Pai Van entrou em funcionamento no corrente ano. Actualmente, para além da Central de Correios, existe um Tradic, 13 estações de correios e dois quiosques de atendimento.

Tendo em vista o desenvolvimento do sector das telecomunicações de Macau e para responder às necessidades da população relativamente aos serviços de dados de alta velocidade, o Governo da RAEM lançou, este ano, um concurso público para o licenciamento da operação de redes públicas de 4G e prestação dos respectivos serviços, tendo sido atribuídas quatro licenças com a validade de oito anos. Prevê-se que as entidades licenciadas possam concluir, até ao final de 2015, a construção de redes que cubram 50% do território, começando a prestar os serviços 4G. Por outro lado, foi ainda lançada uma série de medidas de protecção dos serviços de dados móveis, nomeadamente a notificação e registo detalhado dos dados usados, bem como a consulta da quantidade de dados usados em tempo real.

Por outro lado, foram criados 21 novos pontos de acesso ao serviço gratuito de Internet de banda larga sem fios "WiFi GO", fazendo com que, no final do ano, haja um total de 183 pontos disponíveis em toda a cidade.

Relativamente à sociedade Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A., procedeu-se, de forma programada, à construção de uma rede regulamentada, à mudança de cabos aéreos para cabos subterrâneos, ao acompanhamento periódico e a testes de todos os pontos de ligação, bem como à fiscalização das respectivas instalações, de modo a fornecer aos residentes os melhores sinais televisivos em modelo gratuito. Tendo em conta que a Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A. foi criada com uma previsão de dois anos, terminando esse prazo em 2016, já foram iniciados os trabalhos de transferência das funções desta sociedade para a Teledifusão de Macau, S.A., no final de 2015, de acordo com o plano **definido**.

2.12. Fornecimento de Gás Natural

Tendo em vista o fornecimento de energia mais limpa e a diversificação das fontes de energia da RAEM, foi concluída 70% da construção da rede de distribuição de gás natural da secção da Taipa e Coloane. Iniciaram-se, por outro lado, negociações com a concessionária do serviço público de importação e transporte de gás natural na RAEM, de modo a garantir o fornecimento de gás natural a longo prazo.

3. Transportes

Tendo em vista o ajustamento das políticas relativas ao trânsito, o Governo da RAEM realizou este ano trabalhos preparatórios para uma revisão intercalar da Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), tendo sido recolhidas opiniões de associações e órgãos consultivos. Neste âmbito, foi feita uma análise da situação rodoviária da cidade e da execução das estratégias, que têm vindo a abranger a implementação de medidas com vista a desincentivar, de forma gradual, a utilização de veículos particulares em prol de uma maior utilização dos transportes públicos. Foram ainda promovidas obras de construção e optimização de sistemas e percursos pedonais e analisada a viabilidade de criação de corredores exclusivos para transportes públicos.

Em 2015, foram também iniciados os trabalhos de revisão da tabela de taxas e preços, nomeadamente da taxa de matrícula e de inspecção, bem como de actualização das tarifas dos parques de estacionamento públicos e foi implementado o estacionamento tarifado de curta duração. Simultaneamente foi proposta aos serviços competentes uma actualização dos impostos e taxas sobre a aquisição, posse e utilização de veículos.

3.1. Autocarros

Este ano foi iniciada a negociação da revisão do contrato de serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros com as respectivas companhias para que todas operem ao abrigo de contratos de concessão, ao invés do modelo anterior de prestação de serviços, tendo-se chegado a acordo com uma das companhias, estando a desenvolver-se negociações com a outra. No âmbito desta revisão, que garante o exercício da actividade de acordo com a lei e sob o princípio de defesa do interesse público, solicita-se às companhias a aquisição de novos veículos de médio e grande porte equipados com plataforma para pessoas com mobilidade reduzida.

Tendo em conta as necessidades de deslocação dos residentes e visitantes, bem como o desenvolvimento urbano, procedeu-se à optimização das paragens de autocarro nas ilhas, bem como ao ajustamento dos locais de escala, do número, horário e percurso das carreiras.

O Governo da RAEM iniciou, por outro lado, conversações com as operadoras de jogo, que, a partir de Maio, começaram a garantir o transporte dos respectivos trabalhadores não-

residentes entre a fronteira Flor de Lótus e os seus locais de trabalho, no Cotai. A medida está a surtir efeitos, tendo melhorado a situação de acessibilidade aos autocarros de turistas e das concessionárias na zona do posto fronteiriço das Portas do Cerco.

3.2 Táxis

Tendo em consideração as exigências da sociedade em relação aos serviços de táxi, o Governo da RAEM iniciou a revisão do Regime Jurídico relativo ao Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer (táxis), tendo em vista a melhoria da qualidade destes serviços.

Uma vez que, entre 2015 e 2016, expiram 230 alvarás de táxi, realizou-se este ano um concurso público para a atribuição de 200 novas licenças com um prazo de oito anos.

Por outro lado, devido à necessidade de rádio-táxis, foi também lançado o concurso para a atribuição de 100 licenças. Pretende-se, deste modo, introduzir novos equipamentos electrónicos para criar um sistema inteligente de gestão destes serviços, sendo que, pelo menos, dez dos 100 rádio-táxis serão adaptados para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

3.3 Estacionamento

Tendo em conta que as tarifas do estacionamento nos parques públicos de Macau se encontram desactualizadas, o Governo da RAEM iniciou os trabalhos de ajustamento do tarifário nos parques de estacionamento. A actualização das tarifas dos parques públicos será realizada em quatro fases e abrangerá diferentes zonas da cidade. A primeira fase desta medida será implementada em 11 parques de estacionamento, passando as tarifas a variar consoante o horário de utilização. Simultaneamente, foram criados, a título experimental, lugares de estacionamento tarifado de curta duração em zonas da cidade mais movimentadas.

Até ao final do ano haverá mais de 1000 novos lugares de estacionamento para veículos e ciclomotores, em edifícios de habitação pública no Fai Chi Kei e na Ilha Verde. Foi também iniciada a elaboração de uma proposta de revisão do regime de reserva de áreas de estacionamento nos edifícios em construção, com vista a aumentar a oferta de lugares.

3.4 Obras Viárias

Através do Grupo de Coordenação de Obras Viárias, composto por dez serviços públicos (IACM, PSP, DSAT, DSSOPT, DSCC, DSRT, DSAMA, GIT, GDSE e GDI) e sete empresas concessionárias (CEM, SAAM, CTM, MTel, TV Cabo, Sinosky e Nam Kwong), reforçou-se a colaboração interdepartamental no âmbito do trânsito rodoviário, do ajustamento dos transportes públicos e fiscalização das obras. A acção deste Grupo tem-se reflectido

numa coordenação eficaz das obras viárias, evitando, na medida do possível, a realização de escavações repetitivas nas mesmas vias e num curto espaço de tempo e minimizando o impacto sobre o trânsito. A coordenação efectuada por este grupo contribuiu nomeadamente para que, este ano, se conseguisse uma redução do número de obras viárias na cidade.

Por outro lado, encontra-se finalizada a actualização do Sistema de Informação Geográfica para Tráfego, de modo a coordenar os pedidos para as obras rodoviárias através de meios tecnológicos, aumentando a eficácia dos respectivos trabalhos de coordenação, e serão ainda introduzidas informações sobre os projectos de obras no Sistema de Gestão de Obras Viárias (RMS), bem como será criado um mecanismo de comunicação à imprensa após as reuniões do Grupo de Coordenação de Obras Viárias, elevando, desta forma, a transparência das informações.

3.5. Aviação

O Governo da RAEM adoptou sempre uma posição aberta relativamente ao mercado do transporte aéreo, tendo já assinado 48 acordos, incentivando, de forma contínua, as operadoras a aproveitarem as condições abertas estipuladas nos acordos, intensificando a cooperação com outras operadoras.

A abertura de rotas e o seu contínuo desenvolvimento depende da procura e do desenvolvimento do mercado, pelo que o Governo da RAEM espera, através de políticas abertas, criar um bom ambiente de negócios e de concorrência adequada, atraindo mais operadoras a entrar neste mercado, melhorando a qualidade dos serviços a prestar pelas mesmas à população e aos turistas.

Existem actualmente 26 operadoras com mais de 550 voos permanentes e voos charter que ligam Macau a 42 cidades da Ásia, sendo que mais de 70% das rotas são exploradas por mais de uma operadora.

De modo a consolidar o posicionamento de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer e responder às necessidades do transporte aéreo, o Governo da RAEM, depois de ouvir e analisar as opiniões das operadoras, irá rever o projecto do Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau.

As obras de expansão da zona Norte do terminal de passageiros foram entretanto iniciadas para aumentar a capacidade anual do Aeroporto, de seis para 7,5 milhões de passageiros, e permitir a ligação do terminal ao Metro Ligeiro.

4. Habitação

A habitação é uma das áreas que merece a maior atenção do Governo, que tem vindo a procurar terrenos adequados para a construção de novas fracções sociais e económicas,

bem como melhorar o regime jurídico da habitação pública, estando ainda a avaliar a possibilidade de criação de um novo tipo de habitação pública, tendo em vista ir ao encontro das necessidades dos residentes.

4.1. Novo Tipo de Habitação Pública

O Governo da RAEM terminou a análise das opiniões recolhidas durante a consulta pública sobre o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau e elaborou o respectivo relatório. Dada a ausência de consenso social relativamente a esta matéria, verificou-se não estarem, de momento, reunidas as condições para a implementação do respectivo Plano.

Tendo em consideração os residentes sem capacidade para adquirir habitação no mercado privado e que, simultaneamente, não reúnem os requisitos para candidatura à habitação social, foi iniciado um estudo pela Universidade de Macau sobre a viabilidade de criação de um novo tipo de habitação pública para ir ao encontro das necessidades desses residentes. A Universidade de Macau vai, neste sentido, concluir, até ao final do ano, um estudo sobre esta matéria e efectuar uma análise mais aprofundada que permita apoiar o processo de tomada de decisão do Executivo.

4.2. Planeamento de Habitação Pública

Actualmente, o Governo da RAEM pretende construir habitações públicas nos seguintes terrenos:

- O lote de terreno onde está actualmente localizada a Central Térmica da CEM, na Avenida de Venceslau de Moraes, cujos trabalhos de elaboração do projecto só serão iniciados após a avaliação ambiental e a emissão da planta de condições urbanísticas (PCU), pelo que a CEM encontra-se a proceder às obras de despejo e aos respectivos trabalhos preparatórios para a avaliação ambiental;

- Dois lotes de terrenos localizados no Lam Mau: O lote A, que já foi revertido e encontra-se numa fase de obras de perfuração e de trabalhos preparatórios para o concurso de concepção; e o lote F, relativamente ao qual estão a ser realizados os trabalhos de despejo;

- Um terreno situado no Iao Hon, onde se situava a Delegação Provisória do então Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau. Está a ser resolvida a questão da titularidade do terreno e a ser elaborada a PCU;

- Um terreno situado no leste da Piscina Olímpica da Taipa, cujo desenvolvimento implica a saída dos respectivos serviços públicos e a elaboração da PCU;

- Um terreno situado no oeste do Cotai, estando a ser resolvido o problema da concessão;

- Um terreno situado no centro da Taipa, cujo desenvolvimento implica a saída dos respectivos serviços públicos e a elaboração da PCU.

4.3. Distribuição e Gestão de Habitação Pública

Relativamente à habitação social, o Governo tem vindo a efectuar os trabalhos de selecção e atribuição de fracções aos agregados que se candidataram ao concurso de 2013. Até Setembro de 2015, foram seleccionados 1600 agregados familiares da lista de espera, aos quais já foram atribuídas 1000 habitações com a outorga dos respectivos contractos de arrendamento.

Com a alteração parcial à Lei da Habitação Económica, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo concluiu os trâmites de apreciação preliminar das candidaturas, de 2013, à aquisição de habitação económica de diferentes tipologias, realizou, no dia 5 de Outubro, o sorteio informático e deu início à apreciação substancial das candidaturas admitidas, de acordo com a ordem da lista de ordenação dos candidatos, de modo a proceder à pré-atribuição ou venda das fracções aos requerentes que reúnem os requisitos.

O Governo irá, através do Fundo de Reparação Predial, continuar a apoiar financeiramente os proprietários a cumprirem as suas responsabilidades de administração e manutenção das partes comuns dos edifícios. Até Agosto de 2015, foi atribuído o montante total de 300 milhões de patacas para apoiar os mais de 2700 pedidos. Por outro lado, em 2015, o Governo alargou o âmbito de financiamento do Fundo de Reparação Predial aos edifícios industriais. Considerando que as obras ilegais dos edifícios industriais são, em geral, diferentes das existentes nos edifícios habitacionais e comerciais, foi proposta a alteração do Regulamento do Plano de Apoio Financeiro para Demolição Voluntária de Edificações Ilegais, adicionando ao plano financeiro já existente uma alínea, contemplando a demolição dos reservatórios de água no pódio ou terraço dos edifícios industriais.

Além disso, o Governo tem vindo a implementar medidas de apoio para incentivar a realização de Assembleias Gerais dos Condóminos, impulsionando os proprietários a convocar as referidas reuniões, para resolução dos problemas de administração dos edifícios. O Instituto de Habitação criou, em 2015, a delegação do IH nas ilhas, no Edifício do Lago, situado na Taipa, bem como um posto de informação sobre a administração de edifícios, no Edifício Ip Heng, em Seac Pai Van.

Relativamente à prorrogação do abono provisório de residência, manteve-se em 2015/2016 a atribuição de 1650 patacas mensais aos agregados com um e dois elementos e de 2500 patacas aos agregados familiares com três e mais elementos.

Em 2015, com o objectivo de aliviar os encargos dos arrendatários das habitações sociais, todas as rendas passaram a ter uma redução mensal até ao limite máximo de 2000 patacas. Entre Janeiro e Agosto de 2015, o montante total desta isenção de pagamento de renda orçou em cerca de 40 milhões de patacas.

O Centro Inter-Serviços para o Tratamento de Infiltrações de Água tem vindo a reforçar a coordenação e a apelar aos interessados para procederem às reparações necessárias, por sua iniciativa, a fim de resolver os problemas de infiltrações nos edifícios, tendo sido resolvidas, até Agosto de 2015, mais de 8000 situações.

4.4. Aperfeiçoamento do Regime Jurídico

Visando melhorar tanto o regime jurídico que regula a habitação pública como a distribuição mais eficiente dos recursos públicos, salvaguardando as necessidades de habitação por parte da população, planeando a longo prazo o equilíbrio entre os mercados de habitação pública e particular e respondendo às necessidades das diversas camadas sociais, o Governo realizou uma consulta pública sobre a revisão do Regime Jurídico da Habitação Social, de modo a ser analisada, entre outros aspectos, a melhor forma de reforçar a gestão da habitação pública, criando um mecanismo para a saída da habitação social dos agregados familiares que, entretanto, deixaram de ser carenciados, a fim de garantir uma utilização mais racional dos recursos públicos.

O Governo iniciou os trabalhos de revisão do regime relativo à atribuição, arrendamento e cedência gratuita dos espaços adequados ao exercício de actividades comerciais em edifícios destinados a habitação social, esperando possibilitar a criação de mais oportunidades de negócio para as PMEs.

O Governo da RAEM concluiu e publicou o relatório de consulta pública, sobre a Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios, tendo procedido à elaboração da proposta de lei e à apresentação da mesma, de modo a garantir a qualidade dos serviços de administração de edifícios.

5. Protecção Ambiental

Tendo em vista um melhor planeamento dos futuros trabalhos em matéria de protecção ambiental, será iniciada, este ano, uma revisão intercalar do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020) para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos.

Seguindo a tendência de outros países e regiões, o Governo da RAEM encontra-se a elaborar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau, esperando que a definição do seu conteúdo seja concluída no corrente ano. Neste sentido, pretende-se realizar uma consulta pública sobre o Sistema de Gestão dos Materiais Inertes Resultantes das Construções e a Limitação do Uso de Sacos Plásticos. No corrente ano, empenhámo-nos nos trabalhos de sensibilização ambiental, principalmente junto das escolas, e de divulgação da importância da poupança da água e de energia, bem como da reciclagem e do sistema de avaliação **ambiental**.

Por outro lado, entrou em vigor, no corrente ano, a Lei de Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental, pelo que iremos impulsionar continuamente as actividades de divulgação da mesma, elevando a consciência ecológica da população.

5.1. Gestão de Resíduos

Central de Incineração

Ainda este ano serão iniciados estudos sobre a viabilidade da ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos e sobre a gestão de resíduos alimentares e electrónicos.

Águas Residuais

Quanto à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da península de Macau, uma vez que o contrato de exploração expira no terceiro trimestre de 2016, será preparado um novo concurso para a adjudicação da sua operação e iniciar-se-á a elaboração de um projecto de optimização desta infra-estrutura.

Veículos Abatidos

Segundo o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, o problema dos veículos abatidos de Macau será resolvido através da cooperação regional, enviando esses veículos para zonas indicadas na Província de Guangdong. A primeira fase deste projecto arrancará até ao final do ano, com a instalação de um sistema de operação e gestão para o futuro controlo do envio daqueles veículos para o Interior da China, depois de serem submetidos a um pré-tratamento em Macau. As instalações para este efeito começarão a ser construídas também este ano.

Materiais Inertes Resultantes de Demolições e Construções

Face ao rápido desenvolvimento económico nos últimos anos, tem-se verificado um aumento significativo dos materiais inertes resultantes de demolições e construções. Só em 2014, o volume de resíduos a serem transportados para a zona de aterros atingiu 4,3 milhões metros cúbicos, constituindo uma grande pressão para Macau devido à escassez de terrenos. Para resolver este problema foi estabelecida uma cooperação com os Serviços de Administração Oceânica do Interior da China. Os materiais, depois de seleccionados e que correspondam aos critérios de qualidade exigidos pelo Interior da China, serão transportados para zonas de aterro na Província de Guangdong a fim de serem reciclados. Serão também construídas, este ano, instalações para separação dos referidos materiais na zona de **aterro para resíduos de materiais de construção de Macau**.

5.2. Melhoria da Qualidade do Ar

Com o objectivo de reduzir a poluição atmosférica e de melhorar a qualidade do ar foram elaboradas propostas de diplomas legislativos referentes à definição das normas relativas aos valores-limite das emissões de gases de escape poluentes dos veículos, à gasolina sem chumbo e ao gasóleo leve para veículos.

Será implementado, no corrente ano, o Plano de Apoio Financeiro para o Abate de Motociclos Altamente Poluentes, tendo em vista a segurança rodoviária e a protecção ambiental. Simultaneamente, serão adoptadas medidas para a promoção de veículos ecológicos, prevendo-se, neste sentido, a conclusão, este ano, de um estudo para a definição de planos a curto, médio e longo prazo. Neste contexto, foram elaboradas normas orientadoras para a instalação de equipamentos para carregamento de veículos eléctricos, de modo a que a população os possa utilizar.

Por outro lado, foi realizada uma consulta pública sobre as normas para controlo da emissão de fumos oleosos dos estabelecimentos de restauração e bebidas, tendo arrancado os trabalhos para a elaboração do respectivo diploma legal.

Ainda este ano será concluída a elaboração do projecto de regulamento administrativo para regular os níveis de emissão das principais fontes fixas de poluição do ar, nomeadamente de depósitos de combustíveis.

O Governo da RAEM está a realizar, em conjunto com Guangdong e Hong Kong, um estudo sobre as partículas finas inaláveis (PM 2.5), a fim de conhecer a origem e as características da principal fonte de poluição do ar, obtendo, desta forma, um suporte científico para a elaboração das políticas de redução e controlo das fontes poluentes do ar, prevendo-se a sua conclusão em 2017.

O Governo da RAEM encontra-se actualmente, em conjunto com o Interior da China, a desenvolver um trabalho de investigação sobre a previsão do desenvolvimento económico de Macau e os seus reflexos nas emissões de gases com efeito de estufa no futuro para conhecer a situação económica e o consumo energético de Macau e serem introduzidas informações relativas ao sector da energia, dos transportes e do turismo no modelo de dados, de modo a que, após uma análise e avaliação, se possa conhecer o futuro consumo energético e a emissão de gases com efeito de estufa, proporcionando sugestões para a sua redução e a conservação energética.

Será ainda entregue este ano às autoridades do Interior da China o primeiro relatório intercalar de actualização bienal de Macau sobre as alterações climáticas para a elaboração do documento nacional sobre **a matéria**.

6. Modernização e Simplificação Administrativa

Aquando da tomada de posse do IV Governo da RAEM, a tutela dos Transportes e Obras Públicas apresentava uma estrutura formada por quinze serviços, designadamente oito Direcções de Serviços, três equipas de projecto, dois Conselhos, um Instituto, uma Autoridade, para além de sete Conselhos Consultivos.

Contrariamente à sua vocação, uma das equipas de projecto tem funcionado como se fosse uma Direcção de Serviços, com funções cada vez mais ampliadas, enquanto outras têm também procurado, dentro do possível e sem poupar esforços, cumprir as respectivas missões, embora sem estarem devidamente apetrechadas para tal, nomeadamente no que se refere à impossibilidade legal de possuírem uma estrutura, pois são apenas meros grupos de trabalho.

Para responder com a eficácia e a eficiência necessárias e inadiáveis às exigências do desenvolvimento da RAEM, todos os serviços apresentavam carências a nível de quadros, seja de direcção e chefia, seja de outros qualificados.

Foram precisos sete meses para preencher sete vagas nos cargos de direcção, situação compreensível se forem tidas em conta as elevadas exigências da sociedade em relação a esta tutela, que tem responsabilidades em áreas que afectam directamente a vida dos residentes, aliadas ao peso da estrutura administrativa.

Conseguiu-se, por agora, estabilizar a equipa de direcção e chefia de todos os serviços.

Por outro lado, foram extintos os secretariados do Conselho do Planeamento Urbanístico e do Conselho de Ciência e Tecnologia, passando, no primeiro caso, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transporte (DSSOPT) e, no segundo, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e Tecnologia a prestarem o necessário apoio administrativo.

Também se avançou com a fusão da Comissão de Segurança de Combustíveis com os serviços públicos com competências semelhantes e foram iniciados os trabalhos preparatórios com vista também à fusão da Direcção dos Serviços de Correios e da Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações.

Soluções com vista à atracção de quadros qualificados e apetrechamento da estrutura administrativa nesta tutela têm sido ponderadas, com vista a dotar os serviços dos recursos necessários para responder às expectativas da população e às metas deste Governo.

Por outro lado, o nível de informatização nesta área está ainda aquém do desejável, com efeitos negativos na eficiência dos respectivos trabalhos, pelo que foram também analisadas formas de suprir estas **necessidades**.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2016

1. Planeamento Urbanístico

Tendo em vista um planeamento urbanístico ajustado à realidade local, sustentável e conciliador dos interesses públicos e privados, o Governo da RAEM vai elaborar um Plano Director.

De acordo com os termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 12/2013 (Lei do Planeamento Urbanístico), o plano director tem por objectivo, no âmbito global do território da RAEM, “estabelecer as orientações estratégicas em matéria de planeamento urbanístico, com base nas linhas orientadoras e nas directivas resultantes dos estudos estratégicos para o desenvolvimento urbano, tendo em consideração a identidade própria da RAEM e a sua inserção a nível regional”.

O Governo da RAEM vai desenvolver os trabalhos relativos aos estudos estratégicos para o desenvolvimento urbano, conforme acima mencionado. Neste sentido, quando estiverem reunidas as condições prévias, ou seja, após a definição da estratégia para o desenvolvimento urbano, tendo em conta a meta de diversificação económica, a cooperação regional e o posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer e como plataforma de serviços e negócios entre a China e os Países de Língua Portuguesa, serão iniciados os trabalhos preparatórios para a elaboração do Plano Director, prevendo-se que tal seja possível em 2016.

1.1 Novos Aterros

Após a terceira fase da consulta pública sobre o planeamento urbanístico dos Novos Aterros, o Governo da RAEM vai concluir a análise das opiniões recolhidas e elaborar o respectivo relatório no primeiro trimestre de 2016. Após a publicação deste relatório, serão lançados os concursos para os planos das zonas A, B e E1 dos Novos Aterros, em articulação com as políticas de habitação pública, de trânsito e com as necessidades de equipamentos educativos, sociais, desportivos e de saúde e ainda de desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs).

A Zona A dos Novos Aterros terá ligação com a Zona Leste da Península de Macau, que abrange as imediações do Reservatório, do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior e os Novos Aterros da Areia Preta, pelo que o Governo da RAEM vai iniciar e finalizar, respectivamente, em 2016 e 2017, um plano para a Zona Leste de Macau.

Quanto à Zona B dos Novos Aterros, que será uma Zona Administrativa e Judiciária, o Governo da RAEM vai concluir, no próximo ano, **o concurso das infra-estruturas públicas**.

Por outro lado, será iniciado, em 2016, o planeamento pormenorizado da Zona E1 dos Novos Aterros, com vista a definir a rede rodoviária e a localização concreta das infra-estruturas, pormenorizar o aproveitamento dos terrenos, bem como otimizar a ligação entre as infra-estruturas de transportes terrestres, marítimos e aéreos.

1.2. Quarta Ligação Macau-Taipa

Tendo em conta o desenvolvimento dos Novos Aterros e a fim de aliviar os acessos já existentes entre Macau e a Taipa e otimizar o trânsito entre as novas zonas urbanas, o Governo da RAEM vai adjudicar e iniciar, em 2016, o projecto de uma quarta ligação rodoviária.

1.3. Renovação Urbana

Com o objectivo de promover um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável, o Governo da RAEM vai iniciar, em 2016, os trabalhos para a identificação de medidas viáveis que possam ser implementadas com base no conceito de “renovação urbana”.

Neste sentido, o novo Conselho para a Renovação Urbana, com representantes de diversos serviços públicos e personalidades de diferentes áreas, irá assessorar o Governo na formulação desta política, tendo em vista a requalificação e a revitalização da cidade.

1.4 Gestão de Solos

A política do Governo da RAEM em matéria de gestão de solos abrange a construção de novos aterros, pelo que, em 2016, será desenvolvido o estudo do seu aproveitamento.

Por outro lado, serão intensificadas as actividades de combate à ocupação ilegal dos terrenos da RAEM.

O Governo irá também acompanhar e intensificar o acompanhamento dos casos relativos às permutas de terrenos e a terrenos que ainda não terminaram o prazo de arrendamento, mas que não tenham sido desenvolvidos no prazo de aproveitamento e nas condições contratualmente estipuladas.

Os terrenos que venham a reverter serão alvo de um estudo sobre o seu destino final, em função da sua localização, do planeamento urbanístico, das políticas públicas e das necessidades socioeconómicas, sendo que será ponderado o seu aproveitamento para a construção de habitação pública nos casos com condições para tal.

O Governo da RAEM concluirá, em 2016, a revisão dos diplomas complementares à Lei de Terras, nomeadamente os **que se referem à caução** a prestar pelo interessado que

requerer a concessão de um terreno com dispensa de concurso público, taxas sobre a concessão de uso privativo, actualização do método de cálculo do montante do prémio dos escritórios, renda, preço do domínio útil e foro, taxas sobre a licença de ocupação, concurso público, composição e funções da Comissão de Terras e procedimento electrónico, prevendo-se que, ainda durante 2016, entrem em processo legislativo.

1.5 Rede de Informação Cadastral

Para os trabalhos de planeamento urbanístico e de gestão de solos é necessário dispor de informações cadastrais e geográficas referentes aos terrenos da RAEM que apoiem o processo de tomada de decisões, as acções governativas, o ordenamento do território, o aproveitamento de solos e a construção urbana.

Deste modo, a base de dados da Rede de Informação Cadastral continuará a ser aperfeiçoada, tornando-se uma base bastante completa, incorporando os dados relacionados com o procedimento de classificação e inventariação do património cultural, bem como os do planeamento dos Novos Aterros.

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do planeamento urbanístico e das políticas de gestão de solos, o Governo da RAEM planeia disponibilizar novos elementos nos actuais sistemas de informação geográfica e cadastral, nomeadamente dados estatísticos e relativos à população, instalações sociais, actividades económicas, comerciais e industriais, de forma a permitir a definição do ordenamento do espaço físico, aproveitamento dos terrenos e urbanização, contribuindo para a tomada de decisões de forma científica e o aumento da transparência das informações dos solos.

Com vista a identificar de forma imediata situações de ocupação ilegal de terrenos e a promover o aproveitamento racional dos recursos de solos, será intensificada a recolha contínua dos dados por satélite de alta resolução, fornecendo dados mais atempados.

1.6. Águas Territoriais

Relativamente aos trabalhos de definição das áreas marítimas sob a jurisdição da RAEM, o Governo vai reforçar prioritariamente, no próximo ano, os trabalhos relacionados com a gestão marítima, nomeadamente garantir a segurança marítima, coordenar os assuntos portuários, otimizar as instalações dos canais de navegação, aumentar a capacidade das operações de salvamento e busca, fiscalizar o tráfego marítimo de embarcações e reforçar a formação do pessoal. Paralelamente, serão criadas medidas transitórias de gestão e de execução da lei, após a definição das áreas marítimas, e serão actualizados os respectivos diplomas legais, a fim de aperfeiçoar a gestão das actividades oceânicas, recursos hídricos e **prevenção de inundações**.

2. Infra-Estruturas

Em 2016, o Governo da RAEM vai concluir algumas empreitadas públicas, procurará acelerar a construção de outras e lançará novos projectos a fim de ir ao encontro das necessidades do desenvolvimento urbano e de melhoria da qualidade de vida da população.

2.1. Novos Aterros e Ilha Artificial

No que respeita aos Novos Aterros, o Governo da RAEM espera ter o problema do fornecimento de areia resolvido em 2016 para que seja possível acelerar os trabalhos da Zona A.

Em relação à Zona E1, será dada continuidade ao seu desenvolvimento, prevendo-se, por outro lado, que os projectos das obras de aterro das Zonas C e D sejam iniciados.

Quanto à empreitada da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, à construção do posto fronteiriço e dos dois grandes parques de estacionamento para a entrada e saída de Macau na ilha artificial, estas obras ficarão a cargo do Interior da China e serão realizadas de modo a que estejam concluídas aquando da abertura ao trânsito das principais estruturas da travessia. Quanto à concepção da ligação entre a península de Macau e a ilha artificial, esta será iniciada em 2016.

2.2. Metro Ligeiro

Linha da Taipa

A obra da Linha da Taipa do Metro Ligeiro já está numa fase adiantada de construção, tendo sido iniciada, de forma geral, a construção da estrutura de todas as estações da Linha da Taipa, estando também a ser construído o viaduto.

O Governo da RAEM prevê que, no primeiro trimestre de 2016, a construção da estrutura das 11 estações do Metro Ligeiro na Taipa esteja concluída, sendo que os trabalhos de construção civil dessas mesmas estações serão finalizados até ao final do próximo ano, com a conclusão da ligação entre as estações e os viadutos ferroviários numa extensão de 9,3 quilómetros. Com a conclusão da estrutura dos segmentos dos viadutos ferroviários e das estações, serão, de seguida, instalados os equipamentos electromecânicos.

Com a resolução da situação da super-estrutura do Parque de Materiais e Oficina, o Governo irá acompanhar os trabalhos posteriores, adjudicando novamente a obra, com a expectativa de que a mesma possa ser retomada em 2016.

O Governo irá ainda procurar acelerar a construção do Centro Intermodal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira, prevenendo-se que a obra seja concluída em 2016.

Ligação Taipa-Macau

Com o desenvolvimento dos trabalhos de construção da Linha da Taipa, o Governo procurará estender o serviço do Metro Ligeiro até à Estação da Barra no próximo ano.

A par disso, o Governo está também a desenvolver a obra de melhoramento do tabuleiro inferior da Ponte de Sai Van, nomeadamente o sistema de combate contra incêndios, o sistema de ventilação, o sistema eléctrico e a actualização dos equipamentos existentes, de modo a preparar a execução da obra do tabuleiro do Metro Ligeiro, na próxima fase.

A construção do Centro Intermodal de Transportes da Barra continuará a ser executada em 2016, sendo que, além dos trabalhos de fundações e de escavação da cave, será iniciada, de forma gradual, a construção da sua estrutura.

Em paralelo, está a ser ajustada a rede viária em Sai Van, de forma a articular com o Centro Intermodal de Transportes da Barra e o tráfego durante o período de execução das obras na Estação da Barra do Metro Ligeiro. Com a conclusão das alterações ao projecto da Estação da Barra, o Governo da RAEM vai procurar concluir a adjudicação da respectiva empreitada no próximo ano, de modo a iniciar a obra.

O Governo irá, ainda, construir uma nova subestação de energia eléctrica em Macau para a futura operação da Estação da Barra e da linha da península de Macau. Os Serviços de Obras Públicas e Transportes irão acompanhar os trabalhos relacionados com a escolha da sua localização e a concepção posterior.

Linha de Seac Pai Van

Após a conclusão dos trabalhos de organização e análise das opiniões sobre a Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro, bem como o respectivo estudo de viabilidade, dar-se-á início à elaboração do respectivo projecto.

Na Linha Seac Pai Van prevê-se a criação de três estações, a Estação do Posto Fronteiriço da Flor de Lótus, a estação intermédia situada no oeste do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e o terminal situado junto à habitação pública de Seac Pai Van.

Com o objectivo de estender a área de serviço da Linha Seac Pai Van e de facilitar a deslocação dos moradores nessa zona, a Linha de Seac Pai Van será, no futuro, ligada à Linha da Taipa junto à Estação do Posto Fronteiriço da Flor de Lótus, o que implica o reordenamento dessa área, estando a ser desenvolvidos os respectivos trabalhos.

Linha da Península de Macau

Relativamente à Linha da Península de Macau, estão a ser realizadas as alterações ao projecto do Segmento Sul, prevendo-se que sejam gradualmente concluídas durante o próximo ano.

O Segmento Norte é um projecto relevante para aquela zona. De entre as três propostas apresentadas durante a consulta pública realizada, o Traçado Marginal foi o que obteve maior apoio da sociedade. Considerando que a construção deste traçado exige a realização de obras na via principal que liga as Portas do Cerco e a Ponte da Amizade, o que provocará um forte impacto no trânsito daquela zona e das zonas adjacentes, iremos realizar, em 2016, um estudo técnico com vista a atenuar esse potencial impacto durante o processo de construção, que terá ainda em conta o desenvolvimento da zona A dos novos aterros e da ilha artificial Zhuhai-Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

2.3. Habitação Pública

Além dos trabalhos com vista à conclusão das 19 mil fracções de habitação pública, o Governo da RAEM prevê concluir, no próximo ano, cerca de 700 fracções sociais, na Taipa, e as obras relativas a mais de 3400 habitações económicas continuarão a ser realizadas, prevendo-se a sua conclusão em 2017.

Construção das 19 Mil Habitações Públicas

Durante a realização da obra da habitação social do bairro Tamagnini Barbosa, verificou-se a existência de fissuras em partes não estruturais do Edifício dos Funcionários Públicos situado na área envolvente do estaleiro da obra, pelo que, tendo em conta a segurança dos moradores e dos edifícios circundantes, foi suspensa a construção e rescindido o contrato com o empreiteiro. Actualmente, estão a ser preparados os trabalhos para que a obra possa ser reiniciada e está a ser novamente avaliada a viabilidade da construção de uma cave, no sentido de serem introduzidas alterações ao projecto no próximo ano.

A empreitada de construção da habitação social de Mong-Há – Fase 2 e a reconstrução do pavilhão desportivo de Mong-Há (estruturas da cave) sofreram atrasos, o que prolongou o tempo de execução das fundações devido a alterações propostas pelo empreiteiro, bem como à existência de conflitos financeiros entre os subempreiteiros. O Governo da RAEM está a estudar e a discutir com o empreiteiro a forma de rescisão do contrato, de modo a reiniciar depois os trabalhos para a abertura do concurso e respectiva construção.

A empreitada da habitação social do Fai Chi Kei – Edifício Fai Tat inclui a construção do pódio e de três torres com 80 metros de altura, bem como um terraço ajardinado, equipamentos desportivos e instalações sociais. Este empreendimento inclui ainda a construção de um parque de estacionamento público com três pisos na cave, a fim de satisfazer as necessidades de estacionamento naquela zona, e irá proporcionar um total de 737 fracções. As obras foram já concluídas e prevê-se que o projecto de arranjos interiores das instalações **sociais esteja terminada no próximo ano.**

Outros Projectos além das 19 Mil Habitações Públicas

A empreitada da habitação económica do bairro da Ilha Verde inclui a construção de cinco torres sobre o pódio, com 35 pisos. O parque de estacionamento público, a paragem para o serviço de transbordo de autocarros, o terraço ajardinado, as instalações comerciais e sociais estarão localizadas do rés-do-chão ao terceiro andar e as 2356 fracções autónomas do quarto ao 34.º andar. Actualmente, está-se a proceder à escavação das estruturas da cave, prevendo-se iniciar a construção da torre, bem como dos pisos e fracções no próximo ano, de modo a concluir a construção em 2017. Por outro lado, já foram iniciados os trabalhos relativos à concepção das instalações sociais do edifício do bairro da Ilha Verde.

O empreendimento de habitação económica da Bacia Norte do Patane, Lotes 4 e 5 - Edifício Cheng Tou inclui a construção de uma torre com 33 pisos. As instalações sociais estarão localizadas entre o rés-do-chão e o terceiro andar; o parque de estacionamento público entre o primeiro e o segundo andar e o terraço ajardinado no quarto andar. Este edifício contará com um total de 378 fracções autónomas. As fundações já foram concluídas, estando a proceder-se à escavação do piso térreo. No próximo ano, será acelerada a construção da torre, dos pisos e das fracções, prevendo-se que esteja concluída no segundo trimestre de 2017. Por outro lado, já foram iniciados os trabalhos preparatórios relativos à concepção das instalações sociais do Edifício Cheng Tou.

O empreendimento de habitação económica do Fai Chi Kei, Lotes E e F - Edifício Fai leng inclui a construção de duas torres sobre o pódio, com 30 e 33 pisos, respectivamente. O terraço ajardinado e as instalações comerciais e sociais estarão localizadas entre o rés-do-chão e o quarto andar, enquanto as 436 fracções autónomas ocuparão os pisos entre o 25.º e o 28.º andar. Face ao atraso das obras devido a factores geológicos imprevistos, o empreiteiro tem vindo a acelerar o andamento da construção. Nesta fase, para além de se continuar a desenvolver a construção das fundações deste empreendimento, como a escavação do piso térreo, iremos proceder à construção da torre, dos pisos e das fracções, no próximo ano, prevendo-se que estejam concluídas em 2017. Por outro lado, já foram iniciados os trabalhos preparatórios relativos à concepção das instalações sociais do Edifício Fai leng.

O empreendimento de habitação social na Estrada Nordeste da Taipa inclui a construção de duas torres com 24 e 26 pisos, respectivamente, bem como a construção do parque de estacionamento público, entre o primeiro e o terceiro nível das caves. Os equipamentos sociais ocuparão o primeiro andar e haverá um espaço de lazer no segundo andar. Já foram concluídas as obras da estrutura deste empreendimento, estando em curso a construção civil e a instalação dos equipamentos electromecânicos, prevendo-se que o empreendimento esteja terminado no primeiro trimestre de 2016, proporcionando 694 fracções de habitação social. Por outro lado, já foram iniciados os trabalhos relativos à concepção das instalações sociais.

A habitação económica na Rua de Choi Long - Edifício Iat Fai, na Taipa, inclui a construção de uma torre sobre o pódio, com 21 pisos. As instalações comerciais, o parque

de estacionamento público e o terraço ajardinado estarão localizados entre o rés-do-chão e o segundo andar. Com a conclusão das fundações, está-se a proceder à escavação do local, ao suporte de contenção e à obra dos maciços. A construção da torre, dos pisos e de 288 fracções será iniciada no próximo ano, prevendo-se que esteja concluída no terceiro trimestre de 2017.

Quanto à empreitada de construção de habitação pública em Seac Pai Van, Lote CN6D – Equipamentos de Saúde e de Cuidados a Idosos, está-se a proceder à construção, prevendo-se que esteja concluída em finais de 2017. A empreitada de construção dos equipamentos de apoio social e de tráfego no Lote CN6B de Seac Pai Van está a decorrer normalmente, estando a proceder-se à construção civil e às instalações dos equipamentos electromecânicos, prevendo-se a sua conclusão no segundo trimestre de 2016.

2.4 Nova Fronteira entre Macau e Guangdong

A fim de aliviar o fluxo de entradas e saídas nas Portas do Cerco, serão iniciados, no próximo ano, os trabalhos de concepção da nova fronteira entre Macau e Guangdong e, em simultâneo, será promovido o projecto de ordenamento do Canal dos Patos.

A nova fronteira será construída no local onde se encontra o actual mercado abastecedor, junto ao Posto Fronteiriço das Portas do Cerco.

A construção da nova fronteira só poderá, no entanto, ser iniciada após a mudança e demolição do actual mercado abastecedor. As obras de fundações do novo mercado abastecedor serão finalizadas em 2016, prevendo-se que a construção do posto fronteiriço seja iniciada em meados de 2017.

Está também a proceder-se à elaboração do projecto do posto fronteiriço, bem como ao estudo de ordenamento do Canal dos Patos, de modo a concretizar a proposta e a concepção do projecto no próximo ano, em articulação com as entidades competentes do Interior da China.

2.5 Terminais Marítimos

Novo Terminal Marítimo da Taipa

O novo Terminal Marítimo da Taipa é um empreendimento importante no posicionamento de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer. O Governo da RAEM irá acompanhar de perto os trabalhos preparatórios antes da sua entrada em funcionamento, incluindo a coordenação com os serviços públicos competentes, entregando as instalações gradualmente, em 2016, às entidades utilizadoras para a sua utilização experimental. Serão definidas as regras de **operação e de serviço** do terminal, bem como será

reforçada a formação do pessoal e aperfeiçoados os equipamentos, a fim de assegurar o funcionamento estável dos serviços básicos.

O Novo Terminal Marítimo disponibilizará, numa fase inicial, onze lugares para embarcações e os restantes oito lugares serão gradualmente construídos. Com a entrada em funcionamento do novo terminal marítimo da Taipa, prevê-se uma redução do fluxo de passageiros no Terminal Marítimo do Porto Exterior, aliviando, deste modo, a pressão sobre os transportes marítimos e terrestres da Península de Macau.

Terminal Marítimo do Porto Exterior

Para que os residentes e turistas possam entrar e sair com conveniência de Macau através dos terminais marítimos, o Governo da RAEM irá otimizar os serviços no Terminal Marítimo do Porto Exterior, nomeadamente através da substituição de algumas pontes de embarque, do aumento da área de acesso ao serviço WiFi GO e do aperfeiçoamento das instalações.

2.6. Túnel de Ka Ho

Como a obra principal do túnel de Ka Ho implica a utilização de explosivos industriais, tendo em conta a segurança pública e a preocupação da sociedade sobre este tipo de obras, é necessário avaliar novamente a questão da segurança da utilização desses explosivos. Deste modo, os serviços encontram-se a coordenar de forma activa com as autoridades de segurança pública a questão da sua utilização.

No próximo ano, será realizado o concurso público para as obras da zona norte do Túnel. Com a conclusão desta obra, reduzir-se-á o tempo de viagem entre as duas zonas, aliviando o trânsito nessa área, especialmente de veículos pesados.

2.7. Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas

O Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, que será construído no Sul da Estrada Flor de Lótus, no COTAI, junto ao Reservatório de Seac Pai Van, na Estrada do Istmo, ocupa uma área de 77 000 metros quadrados. A obra será dividida em duas fases: a primeira compreende as seis edificações situadas nos cinco lotes e a segunda as obras de construção do Hospital de Reabilitação.

Instituto de Enfermagem

O Instituto de Enfermagem é um dos projectos a arrancar no primeiro lote de obras. As obras das fundações foram iniciadas no segundo trimestre de 2015 e a sua conclusão está

prevista para 2016. A par disso, serão lançados os concursos para a construção das caves e das superestruturas.

Edifício Residencial para Trabalhadores

As obras das fundações do Edifício Residencial para Trabalhadores e do Instituto de Enfermagem foram iniciadas na mesma altura e, segundo as estimativas, poderão ser concluídas em 2016. Após a conclusão dos projectos, serão lançados os concursos para a construção das caves e das super-estruturas, bem como os trabalhos inerentes.

Hospital Geral, Edifício de Apoio Logístico e Túnel de Serviço

Foram concluídos os procedimentos dos concursos respeitantes às obras das fundações do Hospital Geral, do Edifício de Apoio Logístico e do túnel de serviço e prevê-se o início dos trabalhos em 2016.

Edifício de Administração e Multi-Serviços

Foram concluídos os trabalhos respeitantes ao concurso das obras das fundações do Edifício de Administração e Multi-Serviços, estando a ser realizadas as obras das fundações.

Edifício do Laboratório Central

Após a conclusão do projecto da fundação do Edifício do Laboratório Central, serão iniciadas as respectivas obras no início de 2016.

Rede viária

A entidade responsável pelos projectos irá realizar em simultâneo os projectos da rede viária dos edifícios envolventes, sendo ainda ponderada a questão da interligação em termos de tráfego.

2.8. Novo Estabelecimento Prisional

As obras da segunda fase do novo estabelecimento prisional serão iniciadas no primeiro semestre de 2016. Ainda neste âmbito, a parte das obras das super-estruturas abrangem a execução do complexo destinado a oficinas e celas.

2.9. Fornecimento de Electricidade

Reforço do fornecimento de electricidade nos bairros antigos

Na sequência do desenvolvimento económico e do crescimento populacional, verificou-se um aumento do consumo de electricidade. Contudo, devido à limitação de espaço nos bairros antigos, é difícil encontrar um local apropriado para a construção de novos postos de transformação. O Governo irá procurar outros espaços públicos adequados para a instalação de postos de transformação, com vista a satisfazer o crescimento contínuo da procura de electricidade.

Com o intuito de resolver a questão do fornecimento de electricidade nos bairros antigos a longo prazo, o Governo já pediu à concessionária o planeamento da rede de distribuição de energia eléctrica, pelo que foram identificados 11 locais, nomeadamente nas esquinas de praças e em canteiros dos bairros antigos para a colocação adicional de instalações de distribuição de electricidade. Actualmente, já foram concluídos e já entraram em funcionamento três postos de transformação na Rua de S. Paulo, no mercado da Vila da Taipa e na Travessa da Cordoaria de Coloane, prevendo-se ainda a conclusão, no final do ano, de dois postos na Rua do Almirante Sérgio e na Vila da Taipa, junto à Povoação Chun Su Mei, prevendo-se ainda a instalação de cinco postos noutras partes dos bairros antigos.

Construção de Redes Eléctricas

A fim de garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento de electricidade a Macau, a médio e longo prazo, será dado início, em 2016, aos trabalhos de construção da terceira interligação de transmissão de energia eléctrica de 220kV entre Macau e a ilha de Hengqin, que ficarão concluídos em 2017, permitindo, deste modo, satisfazer a procura de electricidade de Macau até 2025.

Simultaneamente, a construção das redes eléctricas locais continuará a ser aperfeiçoada pelo Governo da RAEM, de modo a responder nomeadamente às necessidades decorrentes da ampliação do Centro Hospitalar Conde de São Januário e do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, com a construção de duas subestações de 110 kV.

O desenvolvimento da rede eléctrica inteligente afirma-se como uma tendência, pelo que, com base no desenvolvimento técnico da rede eléctrica inteligente de Macau e através da cooperação entre a CEM e a Universidade de Macau (UM), a rede eléctrica inteligente instalada no campus da UM entrará em funcionamento em 2016, a título experimental, para que se possa promover de forma gradual. Será também lançada a renovação do sistema de monitorização e controlo da rede eléctrica, o que permitirá aumentar a segurança do fornecimento de electricidade e a qualidade do serviço, passando a disponibilizar-se aos utentes informações sobre o consumo de electricidade, de modo a promover a conservação energética.

Direito Exclusivo de Electricidade

O Governo da RAEM vai ainda proceder, em 2016, a uma revisão intercalar do contrato de concessão do serviço público de fornecimento de energia eléctrica.

2.10. Abastecimento de Água

Assegurar a Estabilidade no Abastecimento de Água

Com o rápido desenvolvimento de Macau, a procura de água tem aumentado a um ritmo acelerado, pelo que se revela necessário garantir a segurança e estabilidade do abastecimento. Neste sentido, em cooperação com a província de Guangdong, prevê-se, em 2016, a construção da quarta conduta de abastecimento de água a Macau, de modo a estar concluída em 2017. Simultaneamente, o Governo da RAEM dará continuidade às obras para garantir o fornecimento de água bruta entre Pinggang e Guangchang e aumentar a capacidade de monitorização e captação de água do sistema de abastecimento do Interior da China a Macau durante o período de maré salgada, prevendo-se que estejam concluídas em 2018.

Tratamento de Água

As estações de água estão actualmente concentradas na Península de Macau, apesar do aumento do consumo se registar sobretudo nas ilhas, pelo que será estudada, em 2016, a viabilidade de ampliação da capacidade de reserva de água do Reservatório de Seac Pai Van, e será ainda elaborado o projecto da primeira fase de construção de uma nova estação de água nessa zona. Na primeira fase, prevê-se que a estação tenha uma capacidade de produção de 100 mil metros cúbicos por dia e, atendendo às necessidades futuras, ela poderá, numa segunda fase, ser aumentada para 200 mil metros cúbicos por dia.

2.11. Serviços Postais e de Telecomunicações

Serviços Postais

A estação de Correios do Campus da Universidade de Macau entrará em funcionamento em 2016 e, ao mesmo tempo, o Governo da RAEM irá continuar a preparar os trabalhos para a criação de estações no Terminal Marítimo da Taipa e no Fai Chi Kei, a fim de consolidar a rede de serviços postais, facilitando a sua utilização pela população.

Serviços 4G

Os serviços de 4G entrarão em total funcionamento em 2016, devendo, nessa altura, as entidades licenciadas providenciar uma cobertura da totalidade do território. O Governo da RAEM continuará a fiscalizar, com rigor, as práticas comerciais das operadoras e divulgará, de forma periódica, o desempenho das respectivas redes. A par disso, será também efectuada uma comparação do desempenho das redes e dos serviços de telecomunicações de Macau face ao de outros países, de modo a serem elaboradas orientações e critérios, tendo em vista a melhoria da qualidade dos serviços. Simultaneamente, será feito um estudo sobre os sinais transfronteiriços de telemóveis e, em caso de necessidade, realizar-se-ão os trabalhos de coordenação com as autoridades das regiões vizinhas.

Triple Play

A política de telecomunicações de Macau consiste em elevar a capacidade concorrencial e promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável através da liberalização gradual da instalação das redes públicas de telecomunicações e da prestação dos serviços de telecomunicações de uso público, bem como da criação de um ambiente de investimento justo e aberto. A existência de infra-estruturas de telecomunicações estáveis e de qualidade, bem como o ambiente eficaz de concorrência do mercado são dos elementos mais importantes do desenvolvimento da convergência das três redes (também designada por triple play).

Com base na construção gradual das redes públicas de telecomunicações fixas e das redes de televisão por cabo e nos resultados obtidos no estudo de implementação do triple play em Macau, o Governo da RAEM irá, em 2016, empenhar-se nos trabalhos preparatórios relativos ao licenciamento das redes de triple play, nomeadamente a elaboração dos respectivos projectos de diplomas legais, a definição dos mecanismos de licenciamento e o desenvolvimento do apoio técnico.

Wi-Fi Go

Para promover a afirmação de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação, serão criados mais 20 a 30 novos pontos de serviço "WiFi GO" nos principais pontos e roteiros turísticos, bem como nas paragens de autocarro com maior concentração de passageiros, esperando-se que o número destes pontos possa atingir os 200 até ao final de 2016, de modo a aumentar a cobertura da área de acesso e a qualidade de serviço.

2.12. Fornecimento de Gás Natural

Prevê-se que as obras da rede de distribuição de gás natural na Taipa e em Coloane sejam concluídas no próximo ano, seguindo-se a cobertura gradual da península de Macau.

Com o objectivo de se concluir, em 2018, a construção de estações de abastecimento de gás natural, tendo em conta o aumento previsto do número de autocarros movidos a gás natural, serão encontrados os locais adequados para tal ao longo de 2016, para que os trabalhos de concepção do projecto e as obras se possam iniciar o mais rapidamente possível.

3. Transportes

Com o aumento contínuo do número de veículos, o problema do trânsito de Macau tem-se agravado, sendo a capacidade de suporte da rede viária e o impacto ambiental desta situação matérias que têm merecido especial atenção do Governo da RAEM.

Aquando da conclusão da revisão intercalar da Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), em 2016, o Governo da RAEM ajustará as políticas de transportes nos próximos cinco anos e implementará as medidas decorrentes do relatório de revisão, de modo a promover a primazia dos transportes públicos, melhorar o ambiente rodoviário e, indirectamente, controlar o aumento do número de veículos particulares.

A questão do transporte constitui um factor importante na construção de uma cidade habitável e de um Centro Mundial de Turismo e Lazer, pelo que o Governo da RAEM irá iniciar os trabalhos preparatórios para a elaboração de uma lei-quadro dos transportes públicos de Macau em 2016.

Uma vez que as taxas e impostos aplicados a veículos particulares não são actualizados, em alguns casos, há cerca de duas décadas, o Governo da RAEM irá actualizar os seus valores, esperando poder, através de medidas económicas, obter efeitos no controlo do número de veículos, procurando, deste modo, diminuir de forma gradual a utilização dos veículos particulares especialmente num território exíguo como o da RAEM.

Quanto a medidas técnicas, o Governo irá elevar as exigências na inspecção de veículos, a fim de eliminar aqueles que não correspondam aos critérios definidos. Além da entrada em funcionamento do centro de inspecção de automóveis na zona do COTAI em 2016, será também criado um centro de inspecção de motociclos na zona da Areia Preta.

Por outro lado, procurar-se-á criar condições para que residentes e turistas se desloquem mais a pé na cidade ou optem por deslocações mais ecológicas, optimizando-se as instalações para peões, nomeadamente através da melhoria dos espaços dos passeios em algumas zonas, de uma aposta em sistemas pedonais e promoção de um ambiente sem barreiras, desenvolvendo-se ainda uma rede de ciclovias.

Serão ainda tomadas medidas para melhorar o planeamento e a gestão do trânsito e elevar a qualidade dos serviços de transporte público, bem como serão iniciados os trabalhos para a implementação experimental de **corredores** exclusivos para transportes públicos.

3.1 Autocarros

Contrato dos Serviços de Autocarros

Os contratos com as três companhias de autocarros terminam sucessivamente em 2017 e 2018. O Governo da RAEM procurará alcançar um consenso com a última companhia de autocarros quanto à revisão do contrato de serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros para que todas fiquem a operar ao abrigo de contratos de concessão, tendo em vista um melhor desenvolvimento dos respectivos serviços.

Melhoria dos Serviços de Autocarros

O autocarro é o meio de transporte mais utilizado pela população, pelo que o Governo da RAEM vai analisar os efeitos das políticas de gestão da exploração de autocarros implementadas no passado e definir medidas de melhoramento, consoante o ambiente rodoviário e a tendência da sua evolução. Por outro lado, a rede de carreiras continuará a ser otimizada, através da criação de novos serviços em determinadas zonas da cidade, do ajustamento do horário de exploração dos autocarros e dos respectivos itinerários e da optimização das paragens, consoante as necessidades.

Em 2016, serão iniciados os trabalhos do projecto de reconstrução dos sistemas de ventilação e de melhoria do ambiente do terminal subterrâneo das Portas do Cerco. Para esse efeito, proceder-se-á primeiramente a uma obra de ampliação da zona de tomada e largada de passageiros de autocarro de turismo, sita no lado leste da Praça das Portas do Cerco, de modo a aumentar de 18 para 60 o número de lugares de estacionamento. Os autocarros de turismo que actualmente se encontram no terminal subterrâneo terão que usar a zona supramencionada para a tomada e largada dos passageiros, fazendo com que toda a área do terminal subterrâneo seja utilizada pelas empresas de autocarro, de forma a responder ao aumento constante do fluxo de passageiros e a criar condições para a construção de salas de espera equipadas de ar condicionado, melhorando assim o seu ambiente para a utilização de transportes públicos naquele local.

3.2 Táxis

Regulamentação de Táxis

Em 2016, o Governo da RAEM irá concluir a revisão do Regime Jurídico relativo ao Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer (táxis), que abrange as regras para atribuição de licenças e o reforço da fiscalização, cujo objectivo é melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover a **afirmação de Macau** como Centro Mundial de Turismo

e Lazer: No período transitório, antes da implementação da nova lei, será reforçada, de forma contínua, a cooperação com as autoridades policiais nos trabalhos de combate a infracções praticadas.

Táxis Normais e Rádio-Táxis

No que diz respeito ao concurso público realizado em 2015, serão concluídas, em breve, as formalidades administrativas relativas às 200 novas licenças de táxis normais e os procedimentos de inspecção de veículos, esperando que os mesmos possam prestar serviços em 2016.

Quanto aos rádio-táxis, prevê-se que o procedimento de adjudicação para a atribuição de 100 licenças especiais seja concluído em 2016.

Estudo Relativo ao Número de Táxis

Nos últimos anos, a DSAT tem encomendado a instituições académicas a fiscalização da qualidade de serviços de táxis, mediante o "Relatório de Investigação e Estudo dos Serviços de Táxis". Foi também concluído o estudo sobre o número de táxis em Macau, o qual adoptou três métodos para identificar um número de táxis apropriado para Macau. Com base na situação económica em que Macau se encontrava durante a realização do estudo, concluiu-se que o número total de táxis necessário deve situar-se entre 1500 e 1700, dos quais 140 a 200 devem ser rádio-táxis.

O Governo da RAEM vai ainda efectuar estudos sobre a procura de táxis, as necessidades de deslocação dos residentes e turistas, a exploração dos serviços de táxis, o ambiente rodoviário da cidade e a sua evolução futura, de modo a regular a quantidade de licenças de táxis.

3.3. Estacionamento

Actualização das Tarifas de Estacionamento Público

O Governo da RAEM continuará a implementar novas modalidades de pagamento do estacionamento, com vista a incentivar uma utilização mais racional dos veículos particulares para melhorar a situação do trânsito na cidade e a promover a protecção ambiental, assim como a acompanhar a tendência de regiões vizinhas quanto ao custo do estacionamento.

Com a implementação da primeira fase de actualização das tarifas em 11 parques de estacionamento públicos e do estacionamento tarifado de curta duração, em 2015, o

Governo irá, a partir do segundo trimestre de 2016, implementar as restantes três fases da nova modalidade de pagamento de estacionamento em parques públicos, que fará com que 25 parques passem a cobrar tarifas variáveis consoante os horários de utilização.

Com o lançamento de um novo concurso público para a gestão de parquímetros, em 2016, será feita uma avaliação dos resultados da utilização experimental de tarifas de curta duração e analisada a viabilidade de aumento do custo dos parquímetros, em articulação com o novo tarifário dos parques públicos.

Aumento de Lugares nos Parques de Estacionamento Públicos

Serão criados cerca de 600 novos lugares de estacionamento para veículos particulares e motociclos, com a conclusão da habitação pública na Estrada Nordeste da Taipa.

Cobranças Automáticas

Existem actualmente 12 parques de estacionamento públicos da responsabilidade da DSAT que já adoptaram o sistema de cobrança automática. Durante 2016, prevê-se que o mesmo sistema entre em funcionamento em 11 parques, após a instalação dos respectivos equipamentos.

3.4. Obras Viárias

Em 2016, o Grupo de Coordenação de Obras Viárias, através de um mecanismo mais coordenado e aprofundado, controlará a quantidade de obras, a ocupação da área de obras e o encurtamento do prazo de execução das mesmas, continuará a acompanhar os trabalhos entre as concessionárias dos serviços de utilidade pública e incentivará as mesmas a realizarem as obras em simultâneo, na medida do possível, de modo a evitar escavações repetidas nas mesmas vias num curto espaço de tempo e diminuir, assim, o impacto sobre o trânsito.

Por outro lado, para melhorar o acesso às informações necessárias por parte dos residentes, será estudada a criação de novos métodos e o aperfeiçoamento dos meios existentes para a divulgação das mesmas, nomeadamente adoptando-se medidas técnicas para coordenar os pedidos das obras rodoviárias, através de actualização da Rede de Informação Geográfica para Tráfego, optimizando-se a divulgação de informações da plataforma de gestão dos incidentes rodoviários, instalando-se mais ecrãs gigantes nas vias públicas e realizando-se conferências de imprensa conjuntas subordinadas às obras especiais, de forma a incrementar a cobertura e a qualidade da divulgação de informações.

3.5. Aviação

A sucessiva melhoria das infra-estruturas da aviação, de forma a proporcionar aos passageiros uma melhor experiência **na utilização** dos diversos produtos relacionados com

a aviação civil em Macau, sempre foi um objectivo comum do Governo da RAEM e do sector. Assim, a Autoridade de Aviação Civil vai continuar a coordenar e a incentivar as operadoras a optimizarem as infra-estruturas e serviços.

De acordo com as previsões de aumento de passageiros a curto, médio e longo prazo do Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, proceder-se-á à optimização das instalações do aeroporto, de acordo com as diferentes fases e segundo as necessidades, incluindo a conquista de terra ao mar, a remodelação do taxiway, a mudança ou expansão das instalações e a ampliação do terminal de passageiros.

O actual projecto de ampliação escolhido pode ser articulado com o plano geral do centro intermodal de transportes do Pac On para promover a ligação marítima, terrestre e aérea, elevar a conveniência dos passageiros em termos de transportes, assim como aumentar o volume de tráfego de passageiros e promover o desenvolvimento da aviação comercial. Como o projecto requer um elevado investimento, o Governo da RAEM discutirá o seu financiamento com a concessionária do aeroporto.

Prevendo-se que, com a primeira fase do Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, o número de passageiros possa atingir os sete milhões, o Governo da RAEM continuará a fiscalizar a concessionária do aeroporto na promoção das obras de ampliação da zona Norte do terminal de passageiros, de forma a aumentar os espaços de utilização para a exploração do aeroporto e a sua capacidade. Quando a expansão estiver concluída, a área total do terminal passará de 45 000 metros quadrados para 59 000 metros quadrados e a capacidade do aeroporto aumentará de seis para 7,5 milhões de passageiros por ano.

A concessionária do aeroporto está a preparar as sondagens geotécnicas para as obras de fundações e, segundo as estimativas, as estruturas de construção poderão ser concluídas no final de 2016. Por outro lado, tendo o número de voos de aviação comercial registado anualmente um crescimento de dois dígitos, verificou-se que as instalações do aeroporto estão praticamente saturadas. Com o intuito de atrair mais turistas com maior poder de compra para melhor articular com o desenvolvimento do mercado do transporte aéreo comercial, a concessionária do aeroporto está a construir o novo hangar para a aviação executiva, prevendo-se que esteja concluído em 2016.

4. Habitação

Devido ao rápido desenvolvimento social verificado nos últimos anos, o Governo da RAEM, para além de reservar terrenos nos Novos Aterros para a construção de habitação pública, vai procurar outros terrenos que sejam adequados ao mesmo fim, de modo a satisfazer as necessidades habitacionais dos residentes.

4.1 Planeamento de Habitação Pública

Está planeada a construção de habitações públicas em alguns lotes de terreno, nomeadamente no lote de terreno onde está actualmente localizada a Central Térmica da CEM, na Avenida de Venceslau de Moraes, em dois lotes de terrenos localizados no Lam Mau, num terreno situado no lao Hon, onde se situava a Delegação Provisória do então Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau, no terreno situado no leste da Piscina Olímpica da Taipa, no terreno situado no oeste do Cotai e no terreno situado no centro da Taipa. O Governo da RAEM irá promover os respectivos trabalhos conforme a situação de cada caso.

4.2 Atribuição e Gestão de Habitação Pública

Relativamente à habitação social, será dada continuidade aos trabalhos de selecção e de atribuição das fracções aos agregados familiares que se encontram em lista de espera para arrendamento de fracções e que se candidataram ao concurso realizado em 2013, de modo a acelerar o processo de atribuição de habitação social aos moradores qualificados. No que diz respeito à habitação económica, após a aprovação pela Assembleia Legislativa da revisão parcial da Lei de Habitação Económica, o Governo irá concluir os trabalhos respeitantes à apreciação e selecção dos candidatos ao concurso de 2013, procedendo seguidamente à pré-atribuição ou venda das fracções aos requerentes que reunirem os requisitos.

Com o intuito de assegurar a eficácia de utilização dos recursos públicos, o Governo procederá, de forma contínua, aos trabalhos de fiscalização da utilização de habitação pública, prestando particular atenção às infracções referentes à utilização da habitação para outro fim que não a de habitação própria. Por outro lado, a fim de otimizar a utilização das instalações comunitárias existentes nos edifícios de habitação pública, bem como de dar resposta à procura de serviços comunitários nas zonas onde se encontram localizadas estas habitações, será efectuada de forma contínua a atribuição e gestão das lojas e instalações comunitárias existentes nos edifícios de habitação pública concluídos recentemente ou a concluir em breve.

4.3 Novo Tipo de Habitação Pública

Tendo em conta a escassez de terrenos em Macau, verificou-se que a disponibilização de habitação pública tem sido bastante reduzida, o que associado às dificuldades dos residentes que não têm capacidade aquisitiva no mercado livre nem reúnem os requisitos para o pedido de habitação social, levou o Governo a estudar a introdução de um novo tipo de habitação pública para este estrato da população.

Em 2016, o Governo irá avaliar e **decidir sobre o novo** tipo de habitação pública.

4.4. Fundo de Reparação Predial

Através do Fundo de Reparação Predial, o Governo continuará a apoiar as Assembleias Gerais de condóminos na realização de obras de conservação e reparação dos edifícios privados.

4.5. Aperfeiçoamento do Regime Jurídico

Com o intuito de ajustar, em tempo oportuno, a política de habitação pública à situação actual, o Governo da RAEM irá efectuar a revisão global dos regimes jurídicos da habitação social e económica.

Em relação ao regime jurídico de habitação social pretende-se definir e regular o tratamento dos agregados familiares com rendimento superior ao limite e das famílias que deixaram de preencher os requisitos e ainda habitam em fracções sociais, incluindo o mecanismo de saída destes agregados familiares. Por outro lado, irão ser revistas as condições de candidatura à habitação social, a flexibilização das restrições do total do património líquido dos candidatos idosos e da qualificação de candidatura dos elementos dos agregados familiares beneficiários de habitação económica, bem como do Regime de Bonificação de Juros de 4% e do Regime de Bonificação de Juros de Crédito Concedido para Aquisição de Habitação Própria, a par do regime de candidatura. Em 2016, após a conclusão do relatório da consulta pública sobre o regime jurídico da habitação social, serão iniciados os trabalhos de revisão legislativa, a fim de melhor responder às necessidades habitacionais dos residentes e de assegurar uma utilização mais eficiente dos recursos públicos existentes.

Simultaneamente será concluída a revisão do regime relativo à atribuição, arrendamento e cedência gratuita dos espaços adequados ao exercício de actividades comerciais que existam em edifícios destinados a habitação social, tendo como objectivo proporcionar mais oportunidades de negócio às pequenas e médias empresas. O referido regime será estudado e ponderado globalmente, para que o mesmo, para além de corresponder aos objectivos da política, passe a ser mais justo, racional e operacional durante a sua implementação, compreendendo o seu âmbito de revisão a forma de lançamento do concurso público, da fixação da renda e da renovação do arrendamento.

Com a finalização dos trabalhos de revisão do regime jurídico de habitação social, o Governo terá condições de ajustar os recursos disponíveis, para iniciar, no segundo semestre de 2016, os trabalhos de revisão integral da Lei de Habitação Económica com base no relatório da consulta pública efectuada, pretendendo-se, nomeadamente incluir a definição do conceito de habitação sem utilização e as sanções a aplicar nesta situação, de modo a aperfeiçoar o processo de atribuição e gestão de habitação económica.

Além disso, o Governo da RAEM vai também acompanhar os trabalhos legislativos relativos à Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios, ficando reunidas as condições, após a devida aprovação, para proceder à emissão de licença para as empresas de gestão, podendo, por meio de regulamentação dos respectivos deveres e obrigações, bem como de uma correcta fiscalização, elevar a qualidade dos serviços do sector.

5. Protecção Ambiental

O desenvolvimento da RAEM e o aumento contínuo da população e do número de visitantes têm exercido uma pressão crescente sobre o ambiente e criaram novos desafios. Em conformidade com os resultados da Pesquisa sobre o Nível de Conhecimento da População em Relação à Protecção Ambiental verificados nos últimos anos, a consciência ambiental da população tem aumentado, reflectindo-se num nível médio, existindo ainda espaço para melhorias. O Governo tem envidado esforços para a construção de infra-estruturas ambientais e na sensibilização do público para a necessidade de proteger o ambiente, mas haverá sempre a necessidade do apoio dos diversos sectores da sociedade a fim de se concretizarem os trabalhos, será concluída uma revisão intercalar do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), com o intuito de planear as estratégias a adoptar na fase seguinte, e será promovido o “Plano de gestão de resíduos sólidos”.

O Governo irá elaborar o relatório dos resultados obtidos na consulta pública sobre o Sistema de Gestão dos Materiais Inertes resultantes de Demolições e Construções e a Limitação do Uso de Sacos Plásticos e, posteriormente, dará início aos trabalhos de elaboração das respectivas propostas de diplomas legais. Ao mesmo tempo, o Governo dará continuidade aos trabalhos de divulgação e de sensibilização na área da protecção ambiental, nomeadamente quanto à poupança da água, poupança energética e reciclagem.

Os critérios de avaliação dos pedidos do Fundo de Protecção Ambiental e de Poupança Energética serão revistos, bem como será implementado um plano de apoio às escolas.

5.1. Gestão de Resíduos

Central de Incineração

O Governo irá, em 2016, concluir o estudo de viabilidade da expansão e modernização da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau e iniciará, de seguida, os respectivos trabalhos.

Águas Residuais

Quanto à ETAR da Península de Macau, um novo concurso para a sua operação será lançado em 2016 e serão promovidos os trabalhos de optimização desta infra-estrutura.

Veículos Abatidos

O Governo da RAEM irá continuar a desenvolver os trabalhos, em cooperação com a província de Guangdong, relativamente aos veículos abatidos. Neste âmbito, será dada prioridade ao tratamento dos veículos abatidos por iniciativa dos residentes e dos veículos integrados no Plano de Apoio Financeiro para a Eliminação de Veículos Poluentes, prevendo-se a conclusão, em 2016, da construção de uma instalação para o depósito provisório e pré-tratamento para a transferência transfronteiriça dos veículos abatidos. Com a concretização deste projecto, prevê-se diminuir a pressão do tratamento dos veículos abatidos em Macau.

Materiais Inertes Resultantes de Demolições e Construções

O Governo da RAEM celebrou com o Serviço de Administração Oceânica do Interior da China um Acordo relativo ao “Plano de Implementação da Disposição de Materiais Inertes resultantes de Demolições e Construções de Macau ao longo da Área Costeira do Interior da China”. Na sequência da conclusão da adjudicação da Empreitada do Projecto e Construção da Linha de Produção da Primeira Fase das Instalações de Selecção dos Materiais Inertes resultantes de Demolições e Construções, o Governo construirá, no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, instalações de selecção e infra-estruturas para o local de recepção, esperando que entrem em funcionamento em 2017. A partir dessa altura, após um processo de separação desses materiais em Macau, uma parte será utilizada nas obras de aterros de Macau e outra será enviada para o Interior da China para ser reutilizada.

5.2. Melhoria da Qualidade do Ar

Tendo em vista a redução da poluição atmosférica e a conseqüente melhoria da qualidade do ar serão desenvolvidos trabalhos em 2016, nomeadamente ao nível do controlo das emissões de gases com efeito de estufa, da promoção de veículos ecológicos e da monitorização da qualidade do ar.

O Governo da RAEM vai introduzir as alterações relativamente ao período de inspecção obrigatória dos automóveis ligeiros, pesados e dos motociclos em 2016 e implementar as mesmas em 2017. Face ao aumento do número de inspecções derivado da redução do período de tempo entre elas, o actual centro de inspecção de automóveis será transferido para o Cotai e será criado outro para a inspecção de motociclos na zona da Areia Preta, sendo que nos novos centros serão aperfeiçoados os equipamentos, funções e procedimentos, de modo a melhor coordenar os trabalhos de inspecção.

Simultaneamente serão adoptadas medidas para a promoção de veículos ecológicos. Em 2016, será impulsionada a utilização de veículos eléctricos, pelo que serão divulgadas, nos parques de estacionamento públicos e privados, as directrizes para o pedido, instalação e cálculo da tarifa das instalações para carregamento de veículos eléctricos. Cerca de 60 postos de carregamento vão ser instalados nos parques de estacionamento públicos, prevendo-se ainda o início, em 2016, dos trabalhos de estudo para a elaboração das normas de instalação dos equipamentos de carregamento nos novos edifícios.

O Governo da RAEM irá elaborar uma proposta legislativa relativa às Normas para Controlo de Emissão de Fumos Oleosos dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas e Melhoramento do Regime de Fiscalização e serão também estabelecidas normas para regular os níveis de emissão das principais fontes fixas de poluição do ar, nomeadamente das centrais térmicas e estações de tratamento de águas residuais e o respectivo sistema de fiscalização.

O Governo da RAEM, em conjunto com Guangdong e Hong Kong, está a levar a cabo um estudo sobre as partículas finas inaláveis (PM 2.5), prevendo ter o relatório da primeira fase do estudo concluído em 2016. Os resultados do estudo contribuirão para a descrição das características e da composição química dessas partículas, conhecendo-se melhor a origem das mesmas para a definição de medidas de redução.

Uma nova estação de monitorização da qualidade do ar será instalada em Ka Ho, bem como mais equipamentos móveis na cidade para se conhecer melhor a situação da qualidade do ar de diferentes zonas. Por outro lado, será estudada a criação de mais estações de monitorização dos níveis de PM 2.5 e de outros poluentes, bem como será lançado o índice da qualidade do ar, actualizado de hora a hora, para facilitar a divulgação e o conhecimento do público destas informações e, ainda, serão estudadas as medidas de aperfeiçoamento do sistema de previsão da qualidade do ar.

O Governo da RAEM encontra-se actualmente, em conjunto com o Interior da China, a desenvolver um trabalho de investigação sobre a previsão do desenvolvimento económico de Macau e os seus reflexos nas emissões de gases com efeito de estufa para definir medidas de redução dos mesmos e construir Macau como uma cidade de baixo carbono. Simultaneamente, segundo as exigências internacionais, serão melhorados e recolhidos os dados do inventário dos gases com efeito de estufa em Macau, melhorando a base de dados e os métodos de cálculo, bem como será elaborado o relatório de informações das alterações climáticas. Serão também criadas mais instalações para a monitorização dos gases com efeito de estufa.

5.3 Avaliação de Impacto Ambiental

Em 2016, será iniciada uma consulta pública para recolher opiniões sobre a implementação de um Regime de Avaliação de Impacto Ambiental, tendo em vista promover a protecção do ambiente. Após a consulta pública, será feita uma análise das opiniões para se iniciarem depois os respectivos procedimentos legislativos, caso assim seja decidido.

6. Modernização e Simplificação Administrativa

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas, continuará a ser promovido, ao longo do próximo ano, um reajustamento dos serviços e das equipas de projecto, nomeadamente através de uma revisão das respectivas atribuições, evitando-se a sobreposição de funções e a falta de clareza de competências e responsabilidades.

Tendo em vista aumentar a sua capacidade de execução, procurar-se-á elevar a eficácia dos trabalhos sem se recorrer a um aumento significativo dos quadros, mas suprimindo-se sobretudo e prioritariamente as necessidades ao nível de pessoal mais qualificado e especializado.

Ao nível dos Conselhos Consultivos serão também introduzidas alterações quanto às respectivas atribuições e competências, de modo a conferir-lhes um carácter mais técnico e a reduzir a sua dimensão, com o objectivo de que os seus trabalhos possam contribuir de forma mais eficaz para o processo de tomada de decisões nesta tutela.

Em linha com a tendência internacional de informatização, será promovido e incentivado o uso das novas tecnologias para melhorar a eficiência dos trabalhos e a comunicação inter-serviços.

Neste domínio, serão também desenvolvidos serviços electrónicos para agilizar o funcionamento interno da tutela e a resposta às necessidades dos residentes.

Na tutela dos Transportes e Obras Públicas serão também promovidas melhorias ao nível da comunicação para que a população possa ser devidamente esclarecida quanto às políticas e para que se possa efectivamente aumentar a transparência nesta área de governação.

Neste sentido, os serviços irão reforçar o contacto com a população e com a comunicação social e será disponibilizada mais informação nos respectivos sítios da Internet.

Por outro lado, será promovida uma racionalização de recursos, procurando-se controlar o aumento do número de funcionários, manter ou idealmente reduzir o número de veículos dos serviços e diminuir o número de lugares de estacionamento reservados em auto-silos públicos, libertando os mesmos em benefício dos residentes.

Simultaneamente, aquando da substituição de veículos nos serviços desta tutela, será privilegiada a aquisição de veículos ecológicos, procurando-se dar o exemplo, tendo em vista a promoção da protecção ambiental, que, aliás, é uma das principais metas da acção governativa desta área.

CONCLUSÃO

Servir a população corrigindo carências e respondendo às expectativas e exigências que qualquer sociedade gera, sobretudo em período de grande progresso e mudança, é, seguramente, o objectivo mais desafiante de qualquer governação. Cada problema resolvido estimula e cria, simultaneamente, um novo desafio, novas e mais oportunidades para melhorar.

Os trabalhos da área dos Transportes e Obras Públicas, pela sua estreita e permanente relação com o que afecta o quotidiano da vida dos cidadãos, têm, pois, que se caracterizar pela concepção de estratégias bem definidas e pela consequente implementação de medidas que dela decorrem, através de instrumentos legislativos e governativos que não percam de sentido a necessidade de pragmatismo e objectividade na sua concretização.

É por estes moldes que esta tutela se pauta, centrada no objectivo de servir a população e, com o apoio e cooperação dos demais órgãos e organismos da RAEM, proporcionar a melhor estabilidade, conforto e qualidade de vida aos residentes da Região Administrativa Especial de Macau.